

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

SÉRIE BIOGRAFIAS



JUSTIÇA ELEITORAL - PRESIDENTES

1932 - 2020

CARTILHA COLABORATIVA DA REDE DE MEMÓRIA ELEITORAL - REME

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

PRESIDENTES

SÉRIE BIOGRAFIAS

FORTALEZA/CE,
SET./2020

COMPOSIÇÃO DA CORTE

DES. HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO
Presidente

DES. INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO
Vice-Presidente/Corregedor

DR. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA
Juiz de Direito

DR. ROBERTO VIANA DINIZ DE FREITAS
Juiz de Direito

DR. JOSÉ VIDAL SILVA NETO
Juiz Federal

DR. DAVID SOMBRA PEIXOTO
Jurista

DR.^ª KAMILÉ MOREIRA CASTRO.
Jurista

DR.^ª LÍVIA MARIA DE SOUSA
Procurador Regional Eleitoral

COMPOSIÇÃO DA SECRETARIA

Hugo Pereira Filho
Diretor-Geral

Orleanes Cavalcanti de Oliveira Domingues da Silva
Secretário Judiciário

Rodrigo Ribeiro Cavalcante
Secretaria de Controle Interno e Auditoria

Benedito Sérgio Monte Silva Coelho
Secretário de Administração

Iberê Comin Nunes
Secretário de Orçamento e Finanças

Jarbas Marinho Lopes
Secretário de Gestão de Pessoas

Carlos Antonio Sampaio de Melo
Secretário de Tecnologia da Informação



MUNDO DIGITAL
MUSEUS em transformação



#primaveraemuseus2020

21 a 27
de setembro



MINISTÉRIO DO
TURISMO

APRESENTAÇÃO

A Primavera dos Museus ocorre anualmente e nesta 14^a edição unidades de memória da Justiça Eleitoral, em parceria, desenvolveram trabalhos de pesquisa que resultaram numa publicação eletrônica.

O tema escolhido pelo IBRAM foi "Mundo Digital: Museus em Transformação". O Objetivo foi possibilitar serviços ao público mesmo em tempo de Pandemia. E, desta forma, os museus precisaram se reinventar.

Segundo o IBRAM, em seu texto de apresentação da 14^a Primavera dos Museus: "No mundo da cultura digital, os museus podem prestar o serviço de preservar, investigar, comunicar, interpretar e expor as coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou cultural, valendo-se das ferramentas digitais e da lógica das redes sociais e outras plataformas digitais que, atualmente, são compulsórias à fruição de bens culturais musealizados."

E sob esta ótica as ações de memória voltaram-se para as mídias sociais ampliando assim a acessibilidade ao conteúdo produzido.





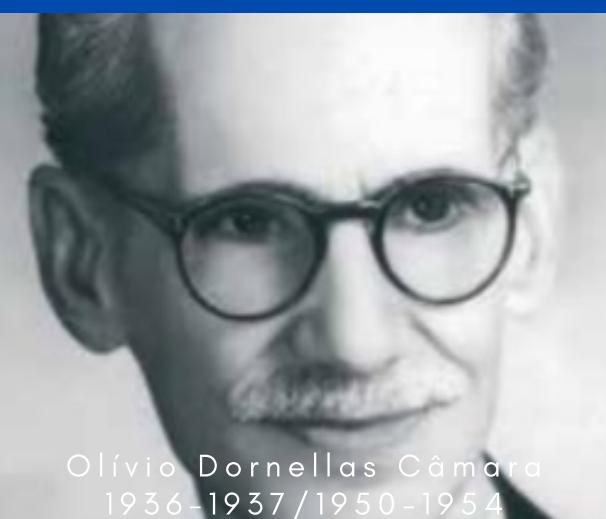
Faustino de A. e Souza
1932-1934/1937/1954-1957



Abner Corrêa L. Vasconcelos
1954 (Jul. a Nov.)

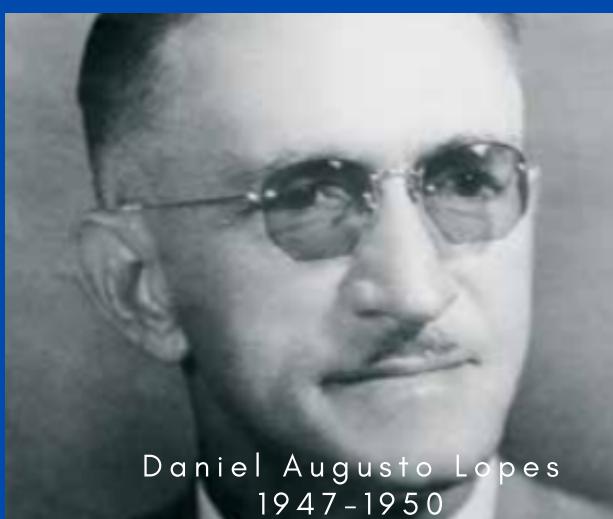


Francisco L. de Albuquerque
1935-1936/1958-1960



Olívio Dornellas Câmara
1936-1937/1950-1954

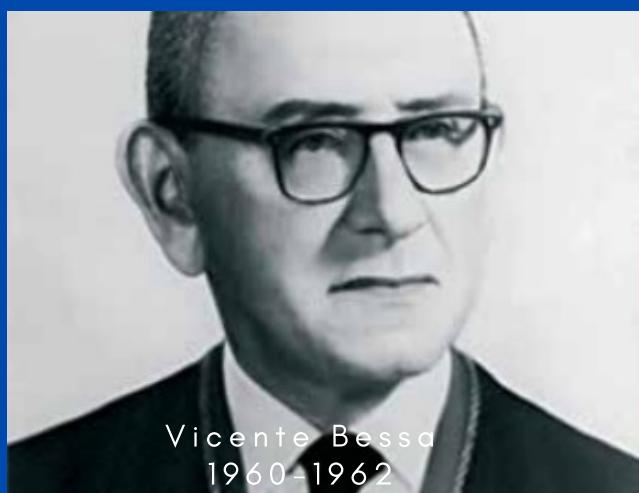
GALERIA DOS PRESIDENTES 1932-1962



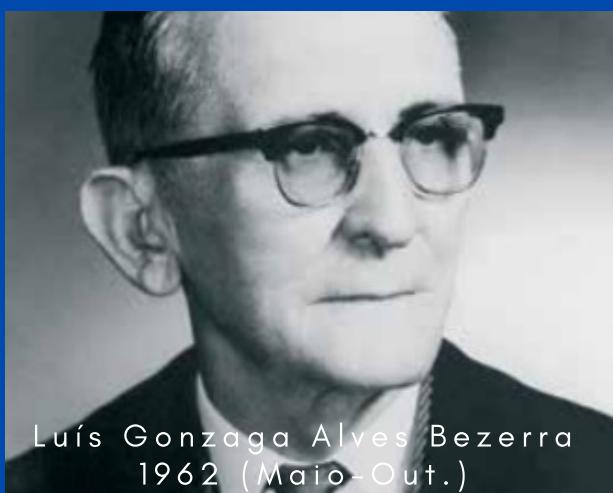
Daniel Augusto Lopes
1947-1950



Virgílio de Brito Firmeza
1954-1958



Vicente Bessa
1960-1962



Luís Gonzaga Alves Bezerra
1962 (Maio-Out.)

DES. FAUSTINO DE ALBUQUERQUE E SOUSA

02.08.1932-16.07.1934

01.01.1937-16.11.1937

09.06.1945-29.01.1947



Nasceu em Pacatuba a 15 de dezembro de 1882, sendo seus genitores José Libânio de Sousa e Crispiniana de Albuquerque e Sousa. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará, na turma de 1910. Antes de ingressar na magistratura, lecionou na Escola Normal e no Liceu do Ceará. Exerceu também, no mesmo período, a função de diretor do Theatro José de Alencar, partindo, em seguida, para o Amazonas, onde oficiou como advogado. Retornando à terra natal, foi nomeado Juiz Substituto de Maranguape (1914 a 1920). Foi promovido a Juiz de Direito, com exercício na Comarca de Barbalha, também em 1920, da qual obteve remoção para a de Camocim, a 13 de dezembro de 1921. Em 1924, por força da extinção da retrocitada Comarca, ficou em disponibilidade, tornando à ativa em 1926, no cargo de Juiz de Direito de Baturité, de onde foi convocado em 22 de novembro de 1927 para servir junto ao Tribunal de Justiça. Em decorrência do falecimento do Desembargador Luís Gonzaga Gomes da Silva, figurou tanto na lista de antiguidade quanto na de merecimento para o preenchimento dessa vaga, para a qual foi nomeado a 10 de março de 1928.

Presidiu o Tribunal de Justiça em 1938 e em 1945. Em 1947, foi eleito Governador do Estado pela União Democrática Nacional-UDN. Foi, também, o primeiro presidente do Instituto Brasil-Estados Unidos-IBEU de Fortaleza. O Desembargador Faustino de Albuquerque e Sousa ocupou por quatro vezes a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Coube-lhe, no exercício dessa função, presidir as sessões da Corte em três importantes ocasiões: quando de sua instalação, ocorrida em 2 de agosto de 1932; quando de sua extinção, verificada em 16 de novembro de 1937; e, por fim, quando de sua reinstalação, em 9 de junho de 1945. O Desembargador Faustino de Albuquerque e Sousa faleceu em 10 de dezembro de 1961. Com o fito de homenagear o magistrado que tantos serviços prestou à Justiça Eleitoral do Estado do Ceará, a Medalha do Mérito Eleitoral, instituída pela Resolução nº 143, de 4.5.1998, teve sua denominação alterada para Medalha do Mérito Eleitoral Desembargador Faustino de Albuquerque e Sousa (Resolução nº 223, de 13.8.2003).



DES. ABNER CARNEIRO LEÃO DE VASCONCELOS

20.07.1934 - 08.11.1934

Nasceu na cidade de Granja a 9 de dezembro de 1884, sendo seus genitores Antônio Augusto de Vasconcelos e Cesária Carneiro Leão de Vasconcelos. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará em 1907, integrando a sua 1^a turma. Ingressou na vida pública logo em seguida à formatura, sendo nomeado Promotor de Justiça de Fortaleza, por ato datado de 23 de dezembro de 1907. Em 15 de janeiro de 1912, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Tauá, sendo removido, a pedido, para a Comarca de Granja, a 12 de março de 1912, e desta para a de Baturité, em 4 de junho de 1920. De conformidade com Geraldo Nobre, em sua obra intitulada História do Tribunal de Justiça do Ceará, tornou-se conhecido “desde logo, pelo preparo cultural e profissional, pelo que integrou as comissões de elaboradores dos projetos de Organização Judiciária e dos Códigos Criminal e de Processo Civil do Estado, no período de 1918 a 1920.” Era Juiz de Direito da Comarca de Baturité quando foi nomeado Desembargador do então Superior Tribunal de Justiça, por ato de 13 de agosto de 1926, dando-se a posse a 17 do mesmo mês e ano.

Exerceu a Procuradoria Geral do Estado, cargo para o qual foi nomeado a 2 de janeiro de 1931. Presidiu o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará por três vezes, nos anos de 1935, 1936 e 1943. Promulgada a Constituição Federal de 1946, foi nomeado para o cargo de Ministro do recém-criado Tribunal Federal de Recursos, tomando posse a 23 de junho de 1947. Presidiu o Colendo Tribunal Federal de Recursos no período de 12 de março de 1950 a 12 de julho de 1951. Integrou, também, o Instituto do Ceará. Ocupou a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará de 20 de julho de 1934 a 8 de novembro do mesmo ano. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, onde residia, no dia 2 de janeiro de 1972.



DES. FRANCISCO LEITE DE ALBUQUERQUE

18.02.1935 - 01.01.1936
21.03.1958 - 28.01.1960

Nasceu em Fortaleza a 20 de janeiro de 1890, sendo seus genitores Bento Leite de Albuquerque e Raimunda Oliveira de Albuquerque. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1913. De regresso à terra natal, foi logo nomeado Promotor de Justiça da Comarca de Crateús (1913), da qual foi removido para a de Aracati. Ingressando na magistratura, foi nomeado Juiz Substituto do Termo de Canindé, em 23 de junho de 1914, donde foi removido para o de Ipu, neste permanecendo por quatro anos, ao cabo dos quais recebeu nomeação para o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Crateús (1918), da qual foi transferido para a de Lavras da Mangabeira (1926), nesta permanecendo por pouco tempo, uma vez que foi removido para a Comarca de Aracati. Com a reorganização do Judiciário, levada a efeito pelo Decreto nº 1.007, de 2 de maio de 1933, foi nomeado Desembargador do egrégio Tribunal de Justiça do Ceará, à época sob a denominação de Superior Tribunal de Justiça, a 5 desse mês, dando-se a posse no dia 12 seguinte.

Ocupou, por mais de uma vez, a Presidência, além da Diretoria do Fórum. Representou o Estado do Ceará, juntamente com o Desembargador Olívio Câmara, na Conferência dos Desembargadores, ocorrida no então Distrito Federal, de 19 a 29 de julho de 1943. Presidiu o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará por duas vezes: de 18 de fevereiro de 1935 a 1º de janeiro de 1936 e de 21 de março de 1958 a 28 de janeiro de 1960. Faleceu em Fortaleza no dia 25 de março de 1969.



DES. OLÍVIO DORNELLAS CÂMARA

01.01.1936 - 01.01.1937
14.10.1950 - 14.10.1952
14.10.1952 - 14.10.1954

Nasceu em Recife a 19 de setembro de 1884, sendo seus genitores Belanina Câmara e Marcolino Câmara. Diplomou-se, em 1904, pela Faculdade de Direito de Recife. Foi nomeado Juiz Substituto do Termo de Itapipoca no dia 5 de janeiro de 1905, sendo removido, a pedido, para o de São Francisco no dia 29 de outubro de 1906. Também a pedido, obteve sua remoção para o Termo de Lavras, atualmente Lavras da Mangabeira, em 5 de dezembro de 1908, onde foi, em 18 de janeiro de 1909, reconduzido ao cargo de Juiz Substituto. No dia 1º de julho de 1909, mais uma vez obteve remoção, por solicitação sua, retornando ao Termo de São Francisco. Foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de São Francisco, hoje Itapajé, no dia 13 de setembro de 1910. Após quase cinco anos à frente daquela Comarca, foi removido, por acesso, à de Aracati. Foi nomeado Desembargador no ano de 1926, assumindo a Vice-Presidência do Tribunal de Apelação em 1936 e a Presidência nos anos de 1937 e 1944.

Embora não tendo nascido em solo cearense, diversas homenagens lhe foram prestadas nesse estado, num reconhecimento cabal dos muitos trabalhos prestados ao Ceará. Além do Hospital-Colônia Desembargador Olívio Câmara, mantido pela Santa Casa e destinado a doentes mentais, inaugurado em 1944, o insígne magistrado foi também homenageado com a atribuição do seu nome a uma rua no bairro José Banifácio, em Fortaleza, e ao edifício onde funciona atualmente o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Assumiu a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará nos seguintes períodos: 1º de janeiro de 1936 a 1º de janeiro de 1937; 14 de outubro de 1950 a 14 de outubro de 1952 e de 14 de outubro de 1952 a 14 de outubro de 1954. Faleceu em 4 de setembro de 1957.

A black and white portrait of a man with dark hair and glasses, wearing a suit and tie. He is looking slightly to the right of the camera.

DES. DANIEL AUGUSTO LOPES

**05.02.1947 - 28.09.1948
30.09.1948 - 14.10.1950**

Nasceu em Fortaleza a 4 de fevereiro de 1889, sendo seus genitores José Augusto Lopes e Maria da Glória Lopes. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará no ano de 1915. Ainda acadêmico, foi nomeado Promotor da Comarca de Icó (1914), passando à magistratura em 1916, como Juiz Substituto de São João da Uruburetama. Em 1921, foi removido para a Comarca de Baturité, vindo a exercer a função jurisdicional, sucessivamente, nas Comarcas de Lavras da Mangabeira e Senador Pompeu. Foi nomeado Desembargador do então Superior Tribunal de Justiça a 30 de dezembro de 1930, do qual foi presidente por três vezes, nos anos de 1939, 1946 e 1955, tendo sido antes Diretor do Fórum e Corregedor Geral de Justiça..

Exerceu o cargo de Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, em 1945, e de Presidente, durante os períodos de 5 de fevereiro de 1947 a 28 de setembro de 1948 e de 30 de setembro de 1948 a 14 de outubro de 1950. Ocupou a Chefia do Poder Executivo do Estado do Ceará, na qualidade de Interventor Federal. Aposentou-se por limite de idade em 1959. Faleceu em Fortaleza a 4 de janeiro de 1966.

DES. VIRGÍLIO DE BRITO FIRMEZA

22.09.1954 - 21.09.1956
21.09.1956 - 20.03.1958



Nasceu na cidade de Fortaleza a 10 de agosto de 1907, sendo seus genitores Hermenegildo de Brito Firmeza e Bárbara de Brito Firmeza. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará em 1929. Pouco antes de ingressar no Ministério Público, foi Inspetor Federal do Ensino junto à Faculdade de Direito, sendo sucedido pelo Dr. Paulo Sarasate Ferreira Lopes. Foi Promotor de Justiça da Comarca do Crato, da qual foi removido para a de Fortaleza, onde permaneceu por muitos anos, mais precisamente, de 1931 a 1946. Exerceu a Procuradoria Geral do Estado, de setembro de 1944 a março de 1946, bem como a Presidência do Conselho Penitenciário do Estado. Foi nomeado para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará em 02 de abril de 1946. Sua posse se deu no dia seguinte ao da nomeação, sendo, até então, um dos Desembargadores mais jovens a ter assento na Corte de Justiça do Estado do Ceará, aí permanecendo por mais de um quarto de século. Ocupou todos os cargos de direção, inclusive a Presidência, em três mandatos, respectivamente, nos anos de 1953, 1958 e 1968..

Também se dedicou às atividades jornalísticas, revelando, segundo Geraldo Nobre, notáveis qualidades de polígrafo. Fez parte, na qualidade de Desembargador, do Tribunal Regional Eleitoral, ocupando a Presidência por dois biênios sucessivos: de 22 de setembro de 1954 a 21 de setembro de 1956, e de 21 de setembro de 1956 a 20 de março de 1958. Depois de aposentado, retornou ao TRE/CE como Assessor da Presidência. Faleceu em Fortaleza a 27 de abril de 1991.

A black and white portrait of Des. Vicente Bessa. He is a middle-aged man with dark hair, wearing dark-rimmed glasses, a white collared shirt, and a dark tie. He is looking slightly to the right of the camera with a neutral expression.

DES. VICENTE BESSA

29.01.1960 - 02.05.1962

Nasceu em Beberibe a 8 de dezembro de 1897, sendo seus genitores Francisco de Oliveira Bessa e Raimunda Costa de Oliveira Bessa. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará em 1925. Ingressou no serviço público em 1922, obtendo, em 1926, a nomeação para Promotor de Justiça da Comarca de Cascavel. Em seguida, foi Juiz Municipal nos Termos de Aquiraz e Aracoiaíba e, mais tarde, Juiz de Direito das Comarcas de Lavras da Mangabeira, Aracati e Cascavel. Desta última foi promovido para a Comarca de Sobral, a 27 de junho de 1951, então de 4^a entrância, obtendo a seguir remoção para a de Fortaleza, exercendo nesta a titularidade da 3^a Vara Cível.

Em 28 de dezembro de 1956, ascendeu por antiguidade ao cargo de Desembargador. Exerceu todos os cargos de direção do Tribunal de Justiça, inclusive a Presidência, em 1963, sendo o responsável pela elaboração das medidas referentes à elaboração do projeto para a construção do futuro Palácio da Justiça. Permaneceu em exercício até atingir a idade-limite, aposentando-se a 28 de fevereiro de 1967. Atuou, ainda, como jornalista, tendo dirigido o jornal O Município de Cascavel, fundado em 1925. Foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará de 29 de janeiro de 1960 a 2 de maio de 1962. Faleceu em Fortaleza em 1986.



DES. LUÍS GONZAGA ALVES BEZERRA

21.05.1962 - 22.10.1962

Nasceu em Lavras da Mangabeira a 18 de janeiro de 1895, sendo seus genitores Vicente Alves Bezerra e Senhorinha Alves Bezerra. Bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito do Ceará em 1921. Em janeiro de 1922, foi nomeado Promotor Público da Comarca de Várzea Alegre, permanecendo nesse cargo até maio do mesmo ano, quando houve por bem ingressar na magistratura, passando a servir nessa mesma Comarca, na qualidade de Juiz Municipal. Em 1926, passou a judiciar na Comarca de Aurora e, em seguida, na de Limoeiro do Norte (1928). Em virtude de problemas ligados aos seus direitos funcionais, resolveu exonerar-se do cargo que exercia na magistratura, retornando para a terra natal, onde se estabeleceu como advogado, tendo aí desempenhado a relevante função de Promotor de Justiça, sem prejuízo da advocacia, até 1931. Vitoriosa a Revolução de 1930, retornou à magistratura, como Juiz Municipal de Fortaleza, em cujo cargo esteve por 15 anos.

Foi promovido, em data de 7 de junho de 1946, a Juiz de Direito da Comarca de Maranguape e, aos 24 de fevereiro de 1950, tornou-se Juiz de Direito da Comarca de Sobral. Removido para a Comarca de Fortaleza, em 1952, passou a oficiar, inicialmente, no Juizado de Menores e depois na 3ª Vara Criminal. Em 1956, foi promovido, pelo critério de merecimento, ao cargo de Desembargador, no exercício do qual permaneceu até 1965, quando se aposentou. Como Desembargador, ocupou todos os cargos de direção do Tribunal de Justiça, inclusive a Presidência, no ano de 1962. Durante a sua administração, foi inaugurado o velho Fórum Clóvis Beviláqua, situado na Praça da Sé. Foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará no período de 21 de maio de 1962 a 22 de outubro do mesmo ano. Faleceu em Fortaleza no dia 2 de janeiro de 1980.



José Jaime de O. Praxedes
1962-1964



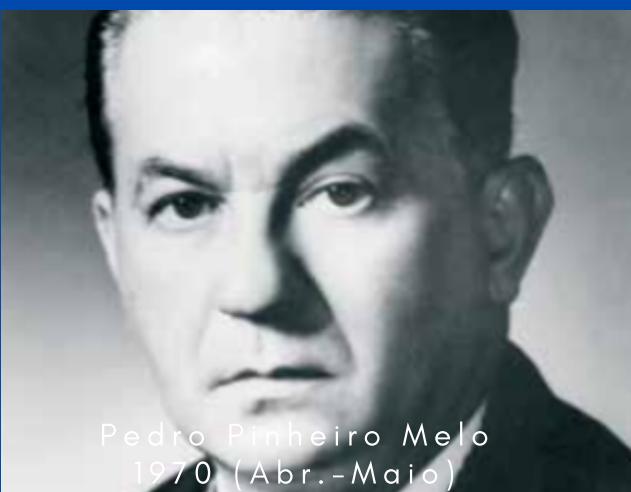
Osvaldo Hortêncio de Aguiar
1964 (Jan.-Maio)



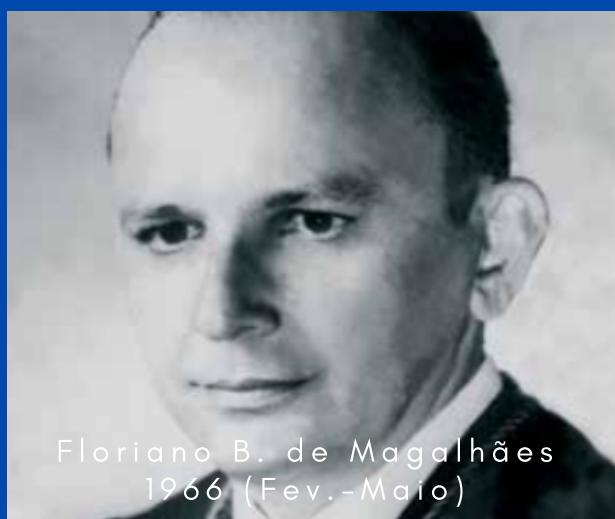
Mário Peixoto de Alencar
1964 (Maio - Out)



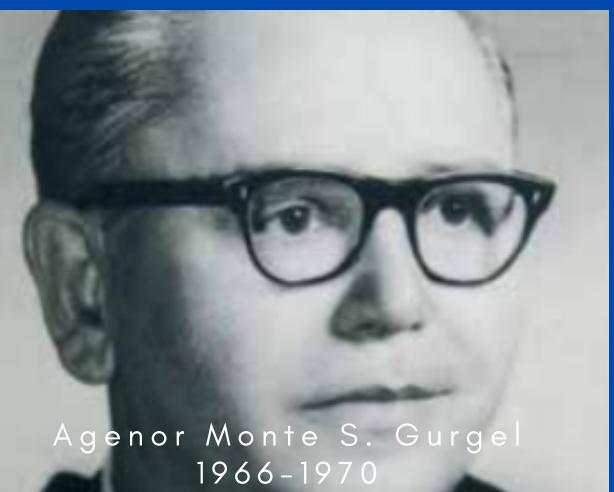
Manoel de Sales Andrade
1964-1966



Pedro Pinheiro Melo
1970 (Abr.-Maio)



Floriano B. de Magalhães
1966 (Fev.-Maio)



Agenor Monte S. Gurgel
1966-1970



Abelmar Ribeiro da Cunha
1970-1972/1980-1981

GALERIA DOS PRESIDENTES 1962-1981



DES. JOSÉ JAIME DE OLIVEIRA PRAXEDES

22.10.1962 - 28.01.1964

Nasceu em Camocim a 1º de setembro de 1896, sendo seus genitores José Joaquim de Oliveira Praxedes e Emília Neves de Oliveira Praxedes. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará em 1918. Ingressou no serviço público em 1913, tendo sido Promotor de Justiça da Comarca de Granja, passando posteriormente a Magistrado. Foi Juiz Municipal em Camocim e depois Juiz de Direito em várias Comarcas, dentre elas Uruburetama e Iguatu, além de ter exercido a titularidade da 3ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Ascendeu ao Tribunal de Justiça em 1954, na vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador Olívio Dornellas Câmara, tendo ocupado todos os cargos de direção dessa Corte de Justiça, inclusive a Presidência, em 1959.

O Desembargador José Jaime de Oliveira Praxedes foi o 80º Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Esse egrégio Tribunal prestou-lhe significativa homenagem, dando o seu honrado nome ao edifício do Fórum da Comarca de Uruburetama. Presidiu o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará no período de 22 de outubro de 1962 a 28 de janeiro de 1964. Faleceu em Fortaleza a 17 de dezembro de 1979.



DES. OSVALDO HORTÊNCIO DE AGUIAR

29.01.1964 - 17.05.1964

Nasceu em Baturité a 3 de junho de 1909, sendo seus genitores Marçal da Silveira Aguiar e Maria Hortêncio de Aguiar. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará, em 1931. Ingressou no serviço público em 1930, sendo nomeado Promotor de Justiça em 1931 e posteriormente Juiz Municipal da Comarca de Aurora, em 1932. Foi Juiz de Direito das Comarcas de Cedro, Cascavel, Sobral e Fortaleza, sendo nesta última titular da 2ª Vara Cível. Ascendeu ao Tribunal de Justiça (TJ) em 1957, na vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador José Geminiano Jurema.

Exerceu todos os cargos de direção do Tribunal, inclusive a Presidência em 1970, ocasião em que assumiu, por alguns dias, o Governo do Estado. Foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará no período de 29 de janeiro de 1964 a 17 de maio do mesmo ano. O Desembargador Osvaldo Hortêncio de Aguiar foi o 89º Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Aposentou-se em 24 de abril de 1979. Faleceu na cidade de Fortaleza, no dia 14 de abril de 2012, com quase cento e três anos de idade.



DES. MÁRIO PEIXOTO DE ALENCAR

18.05.1964 - 21.10.1964

Nasceu em Canindé a 14 de março de 1907, sendo seus genitores Manuel Peixoto de Alencar e Petronila Belém de Alencar. Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará em 1929. Ingressou na magistratura em 1931 como Juiz Municipal de Pacatuba, cargo que exerceu por alguns anos. Posteriormente, foi nomeado Juiz Substituto da Capital e Juiz de Direito, chegando à 4^a entrância, por merecimento, com lotação na Comarca de Sobral, por força de promoção datada de 20 de setembro de 1956. De Sobral, foi removido para a Comarca de Fortaleza, com exercício na 2^a Vara Cível, de onde foi alçado ao Tribunal de Justiça, igualmente por merecimento, na vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador Boanerges Viana do Amaral.

Exerceu todos os cargos de direção do Tribunal de Justiça, inclusive a Presidência, em 1966 e em 1971. O Desembargador Mário Peixoto de Alencar foi o 91º Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, o qual lhe prestou significativa homenagem, dando o seu ilustrado nome ao edifício do Fórum da Comarca de Apuiarés. Foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará no período de 18 de maio de 1964 a 21 de outubro do mesmo ano. Aposentou-se ao atingir a idade-limite, em 1977. Faleceu em 2 de março de 1992.

A black and white portrait of Des. Manuel de Sales Andrade. He is a middle-aged man with dark hair, wearing dark-rimmed glasses, a white collared shirt, and a dark suit jacket over a patterned tie. He is looking slightly to the right of the camera with a neutral expression.

DES. MANUEL DE SALES ANDRADE

23.10.1964 - 28.01.1966

Nasceu em Quixeramobim a 28 de abril de 1896, sendo seus genitores Plácido Francisco Assis Andrade e de Idalina Sales de Andrade. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará em 1918. Muitos anos depois de formado, resolveu ingressar na magistratura, fazendo-o na qualidade de Juiz Municipal, cargo para o qual foi nomeado em 24 de março de 1930. Uma vez promovido a Juiz de Direito, foi titular da Comarca de Russas, na qual permaneceu por vários anos, de onde em 1946 foi promovido para a do Crato, então de 2^a entrância, tendo permanecido nesta depois de elevada a 3^a, obtendo posteriormente remoção para a Comarca de Baturité, de igual entrância. Alcançou a 4^a entrância a 19 de dezembro de 1952, data em que foi promovido para a 2^a Vara da Comarca de Sobral, sendo, posteriormente, removido para a 4^a Vara Cível de Fortaleza. Por ser o Juiz de Direito mais antigo na 4^a entrância, foi incluído pelo Tribunal de Justiça na lista de Desembargador pelo critério de antiguidade, o que se verificou a 2 de outubro de 1958.

Tomou posse no dia 6 de novembro, aí permanecendo até atingir a idade-limite de permanência no serviço público, ocorrida em 1966. Na ocasião, encontrava-se exercendo a Vice-presidência do egrégio Tribunal de Justiça. No Tribunal Regional Eleitoral, ocupou o cargo de Juiz de Direito e, depois, na qualidade de Desembargador, ocupou a Presidência no período de 23 de outubro de 1964 a 28 de janeiro de 1966. Faleceu em Fortaleza a 10 de novembro de 1974.



DES. FLORIANO BENEVIDES DE MAGALHÃES

01.02.1966 - 18.05.1966

Nasceu em Quixeramobim a 23 de dezembro de 1896, sendo seus genitores Ananias Ferreira de Magalhães e Francisca Benevides de Magalhães. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará em 1926. Ingressou na magistratura a 6 de junho de 1930, como Juiz Municipal, sendo nomeado para a Comarca de Senador Pompeu, passando a Juiz de Direito em 1934. Foi promovido à 2^a entrância em 22 de junho de 1946, com exercício na Comarca de Sobral, Comarca essa elevada, com a nova Organização Judiciária, à categoria de 3^a entrância, fato que motivou o Governo a colocá-lo em disponibilidade.

Voltando à atividade, foi em seguida promovido à 4^a entrância, o que se deu a 22 de outubro de 1953, com lotação na Comarca de Fortaleza, na qual exerceu a judicatura, sucessivamente, na 1^a e na 3^a Varas Criminais. Ascendeu ao Tribunal de Justiça por antiguidade, em 1959. Permaneceu no Tribunal durante oito anos, ocupando todos os cargos de direção, exceto o de Presidente, pois atingiu a idade-limite para permanência no serviço público, vindo a aposentar-se em 1967. Esteve no Tribunal Regional Eleitoral na qualidade de Juiz de Direito e de Desembargador, ocupando a presidência no período de 1º de fevereiro de 1966 a 18 de maio do mesmo ano. Faleceu a 29 de setembro de 1983, em Fortaleza.



DES. AGENOR MONTE STUDART GURGEL

23.05.1966 - 22.05.1968

24.05.1968 - 17.04.1970

Nasceu em São Benedito a 20 de novembro de 1917, sendo seus genitores Gilberto Studart Gurgel e Sefisa do Monte Studart Gurgel. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará em 1940. Após exercer a advocacia em Lavras da Mangabeira, foi nomeado Juiz Municipal do Termo de Farias Brito, a 10 de junho de 1942 e daí, sucessivamente, para os Termos de São Mateus, hoje Jucás, Aurora e Morada Nova. Em 1948, por força da nova Organização Judiciária do Estado, foi promovido a Juiz de Direito, cabendo-lhe por designação a Comarca de Viçosa, da qual foi promovido para a de Limoeiro do Norte e desta para a 2^a Vara da Comarca do Crato, então de 4^a entrância, ambas as promoções também por merecimento. Removido para Fortaleza, passou a officiar junto à 6^a Vara Cível.

Foi nomeado desembargador pelo critério de antiguidade conforme ato de 26 de agosto de 1963, dando-se a posse a 29 do mesmo mês e ano. Por duas vezes foi Presidente do Tribunal de Justiça, em 1967 e 1972. Participou, no Rio de Janeiro, da III Conferência Nacional de Desembargadores, de 12 a 23 de setembro de 1965. Foi membro da Corte do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará como Juiz de Direito e, posteriormente, como Desembargador, tendo ocupado a Presidência por duas vezes: de 23 de maio de 1966 a 22 de maio de 1968 e de 24 de maio de 1968 a 17 de abril de 1970. Faleceu em 30 de junho de 2001.



DES. PEDRO PINHEIRO DE MELO

20.04.1970 - 22.05.1970

Nasceu em Crato a 4 de maio de 1911, sendo seus genitores José de Souza Melo e Maria Pinheiro de Melo. Bacharelou-se na cidade de Fortaleza em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito, na turma de 1937. Desde o ano anterior à sua formatura exercia as funções de Juiz no Distrito de Riacho do Sangue (atual Jaguaretama). Foi nomeado Prefeito pelo Interventor Federal do Ceará para administrar os Municípios de Guarani (atual Pacajus) e Senador Pompeu, somente retornando à Magistratura em 1940, através de concurso. A 5 de junho desse mesmo ano, foi nomeado Juiz Municipal, função que exerceu nos Termos Judiciários de Pereiro e Barbalha. Com a Organização Judiciária ocorrida em 1948, através da Lei nº 213, de 9 de junho desse ano, encontrando-se ainda em Barbalha, foi promovido a Juiz de Direito de 2^a entrância, passando, em 1951, a ser titular da Comarca de Lavras da Mangabeira, da qual foi removido sucessivamente para Itapipoca, Quixadá e desta para a Comarca da Capital, como Juiz Auxiliar junto à 3^a Vara Criminal.

Em 1957 chegou à última entrância, pelo critério de antiguidade, sendo nomeado para a 1^a Vara do Crato, de onde foi removido para a Capital, ocupando a 4^a e a 6^a Varas Cíveis. Exerceu a função comissionada de Corregedor Geral da Justiça por três vezes. Ascendeu ao Tribunal de Justiça em 1965, pelo critério de merecimento, assumindo a Presidência dessa Instituição em 1973. Foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará no período de 20 de abril de 1970 a 22 de maio do mesmo ano. Durante o breve período em que ocupou a Presidência do TRE-CE, teve a iniciativa de fundar um Centro de Estudos para capacitar os Juízes Eleitorais ao melhor desempenho de suas atividades. Faleceu no Rio de Janeiro, a 29 de outubro de 1977.



DES. ABELMAR RIBEIRO DA CUNHA

25.05.1970 - 19.04.1972

25.04.1980 - 03.06.1981

Nasceu em Itapipoca a 5 de junho de 1918, sendo seus genitores Antônio Ribeiro da Cunha e Clotilde Ribeiro da Cunha. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará, em 1945, sendo o orador da turma, denominada Clóvis Beviláqua. Exerceu a advocacia e o magistério superior. Na Faculdade de Direito, lecionou por muitos anos Processo Civil, tendo sido professor de várias gerações de estudantes, muitos dos quais pertencentes à magistratura cearense. Exerceu, também, as funções de Inspetor de Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura. Foi Procurador Geral do Estado, na primeira administração do Governador Virgílio Távora, denominação que se dava ao Chefe do Ministério Público, oficiando junto ao Tribunal de Justiça do Ceará.

Quando da aposentadoria do Desembargador Ademar do Nascimento Fernandes Távora, foi nomeado na vaga destinada à classe do Ministério Público a 28 de agosto de 1965, dando-se a posse a 31 desse dito mês. Exerceu todos os cargos de direção do Tribunal de Justiça, inclusive a Presidência, em 1974, justamente no ano do centenário de instalação do Tribunal de Relação do Ceará. Foi Vice-Presidente, Corregedor e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, ocupando este último cargo nos seguintes períodos: 25 de maio de 1970 a 19 de abril de 1972 e 25 de abril de 1980 a 3 de junho de 1981. Faleceu em Fortaleza, em 20 de janeiro de 1998.



DES. AURINO AUGUSTO DE ARAÚJO LIMA

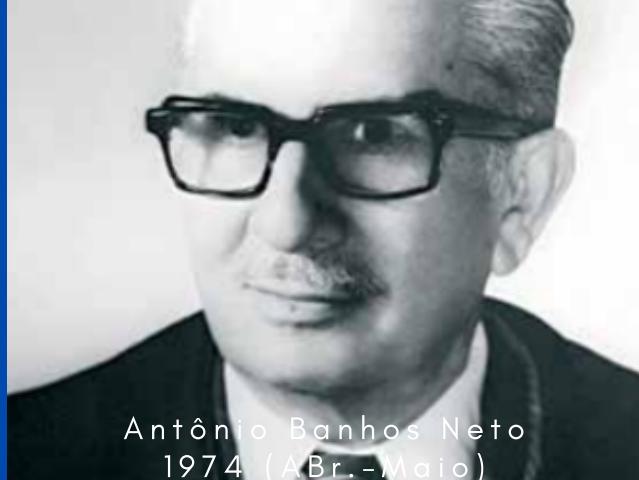
20.04.1972 - 24.05.1972

Nasceu em Mauriti a 9 de junho de 1913, sendo seus genitores Augusto Leite de Araújo Lima e Maria Carolina de Araújo Lima. Ingressou na Faculdade de Direito em 1931, bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1935. Ainda acadêmico, ingressou na vida pública, sendo nomeado Prefeito de Campos Sales pelo Interventor Carneiro de Mendonça. Em 1935 foi nomeado Juiz Municipal do Termo de Guarani, atual Pacajus. Em 1937, por força de concurso público, foi nomeado para idêntico cargo, na Comarca de Mauriti, dando-se a posse a 2 de janeiro de 1938. Removido em 1939 para Santanópole, hoje Santana do Cariri, e mais tarde para Caririaçu. Com a instituição da nova Organização Judiciária do Estado, em decorrência da Constituição Estadual de 1947, foi promovido a Juiz de Direito de 2^a entrância, com exercício na Comarca de Itapajé e, em seguida, na de Milagres, de onde já fora Juiz Municipal.

Em 1953 foi promovido para a 3^a entrância, com lotação na Comarca de Baturité, aí permanecendo por aproximadamente quatro anos, donde saiu mediante promoção para o Crato, então de 4^a entrância, em 1957, e desta para a 3^a Vara Cível de Fortaleza, passando, algum tempo depois, para a 7^a Vara Cível, também da Capital. Ascendeu ao Tribunal de Justiça em 1966, pelo critério de antiguidade, do qual viria a ocupar a Vice-Presidência e a Presidência, respectivamente, nos anos de 1974 e 1975, além da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, em 1973. Foi Corregedor e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, exercendo este último cargo no período de 20 de abril de 1972 a 24 de maio do mesmo ano. Aposentou-se, voluntariamente, em 7 de maio de 1979. Faleceu em Fortaleza, a 24 de outubro de 1993.



Jaime de Alencar Araripe
1972-1974 / 1981-1982



Antônio Banhos Neto
1974 (Abr.-Maio)



Auri Moura Costa
1974-1976



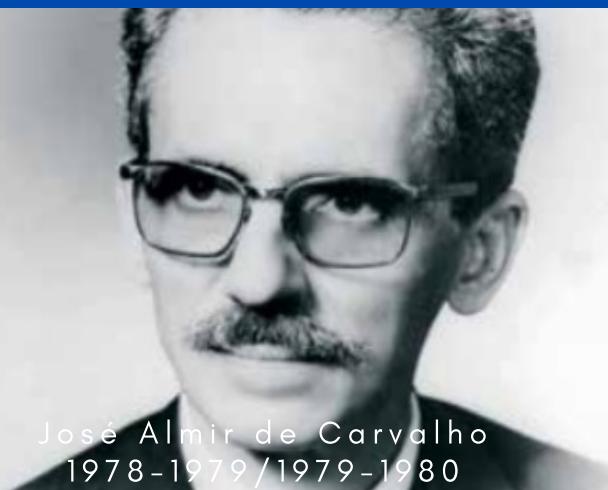
Francisco Nogueira Sales
1976-1978 / 1983-1984



Joaquim Jorge de S. Filho
1982-1983



José Barreto de Carvalho
1985-1986



José Almir de Carvalho
1978-1979 / 1979-1980



José Ferreira de Assis
1978 (Abr.-Jun) / 1984-1985



José Barreto de Carvalho
1985-1986

GALERIA DOS PRESIDENTES 1972-1986

DES. JAIME DE ALENCAR ARARIPE

26.05.1972 - 19.04.1974

08.06.1981 - 24.04.1982



Nasceu em Aurora a 26 de março de 1918, sendo seus genitores Antônio Jaime Araripe e Emilia Alencar Araripe. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará em 1944. Ingressou na Magistratura através de concurso, sendo aprovado em 1º lugar. Foi nomeado para a Comarca de Várzea Alegre, onde permaneceu até 1953. Nesse mesmo ano foi promovido para a Comarca de Assaré, de 2ª entrância. Foi nomeado, dois anos depois, em 1955, para a Comarca de Russas, de 3ª entrância. Obteve, a seguir, remoção para a de Itapipoca. A 5 de agosto de 1963, foi promovido para a Comarca de Sobral, então de 4ª entrância, de onde obteve remoção para Fortaleza, atuando na 8ª Vara Cível.

Foi promovido ao cargo de Desembargador por merecimento. Ocupou os cargos mais relevantes no Tribunal de Justiça, inclusive a Presidência, nos anos de 1976 a 1977. Na sua gestão iniciou e levantou o edifício anexo ao Tribunal, então denominado de Anexo Desembargador José Almir de Carvalho. Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará nos seguintes períodos: de 26 de maio de 1972 a 19 de abril de 1974 e de 8 de junho de 1981 a 24 de abril de 1982. Aposentou-se em março de 1988. Faleceu em 2 de março de 2000.



DES. ANTÔNIO BANHOS NETO

22.04.1974 - 24.05.1974

Nasceu em Lavras da Mangabeira a 21 de abril de 1912, sendo seus genitores João Augusto Banhos e Antônia Bezerra Banhos. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará em 1938. Tão logo graduou-se em Direito, foi nomeado 1º Suplente de Juiz Municipal de Fortaleza, submetendo-se no ano seguinte a concurso promovido pelo Tribunal, onde logrou aprovação, o que lhe valeu a nomeação, a 14 de setembro de 1940, para o cargo de Juiz Substituto da 3ª Zona Judiciária, com sede na cidade de Baturité. Procedida a reforma da Justiça em 1948, foi promovido a Juiz de Direito, sendo nomeado Juiz de Direito Substituto de Fortaleza, o que se deu a 12 de agosto do dito ano, com brilhante atuação, principalmente na estruturação do Juizado de Menores de nossa Capital. A 9 de janeiro de 1954, foi promovido para a 3ª entrância, permanecendo em Fortaleza, na qualidade de Juiz de Direito Auxiliar, atingindo a 4ª entrância a 26 de dezembro de 1958, como titular da 3ª Vara da Comarca do Crato, recebendo incontinenti a designação para dirigir a Corregedoria Geral da Justiça, cargo então privativo de Juiz de Direito, no qual se manteve por dois períodos.

Em 11 de maio de 1961 obteve remoção para a Comarca de Fortaleza, passando à titularidade da 2ª Vara Criminal. Em 1966, teve seu nome escolhido, por merecimento, para acesso ao Tribunal de Justiça na vaga a ser preenchida por Juiz de Direito. O Desembargador Antônio Banhos Neto chegou à Presidência do Colendo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará em 1977, após passar pela Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua. Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará no período de 22 de abril de 1974 a 24 de maio do mesmo ano. Faleceu em 21 de agosto de 2005.



DES. AURI MOURA COSTA

27.05.1974 - 25.05.1976

Nasceu em Redenção a 30 de agosto de 1910, sendo seus genitores Antônio de Moura e Isabel de Moura. Fez os estudos secundários no Liceu, ingressando em seguida na Faculdade de Direito do Ceará, da qual se transferiu para a do Recife, vindo a bacharelar-se nessa cidade, em 1933. De volta à terra natal, ingressou no Ministério Público, exercendo a promotoria nas Comarcas de Quixeramobim, Granja e Russas. Passou à magistratura em 1939, através de concurso público, sendo nomeada Juíza Municipal dos Termos de Várzea Alegre, Cedro e Canindé. Com a Organização Judiciária decorrente da Lei nº 213, de 9 de junho de 1948, foi promovida a Juíza de Direito de 2^a entrância, e, em 1953, à 3^a entrância, sendo designada para a Comarca de Maranguape. Em 1958, alcançou por promoção a 4^a entrância, como titular da Comarca do Crato, sendo removida, em 1962, para a de Fortaleza, onde oficiou junto às 2^a e 12^a Varas Cíveis.

Nomeada Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, prestou o juramento no dia 23 de maio de 1968, sendo a primeira Juíza de Direito do Ceará e do Brasil a atingir o mais alto cargo da magistratura estadual. Dirigiu o Fórum Clóvis Beviláqua em 1977. Foi, também, a primeira mulher a ocupar a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, no período de 27 de maio de 1974 a 25 de maio de 1976. Faleceu em 12 de julho de 1991.



DES. FRANCISCO NOGUEIRA SALES

02.06.1976 - 20.04.1978

08.06.1983 - 27.04.1984

Nasceu em Redenção a 20 de janeiro de 1922, sendo seus genitores Vicente Nogueira Sales e Georgina Sales. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará em 1945. Ingressou na magistratura mediante concurso, sendo nomeado em 1946 para o cargo de Juiz Municipal de Baixio, donde foi removido para Acaraú. Com a Organização Judiciária de 1948, por força da Lei nº 213, de 9 de junho desse ano, foi nomeado interinamente Juiz de Direito de Jaguaruana, e, após submeter-se a concurso de provas e títulos, foi efetivado com vitaliciedade nessa função, sendo designado para a Comarca de Redenção em 1949. Em 1956, foi promovido à 2^a entrância, passando a servir na Comarca de Massapê, ocasião em que também exerceu suas funções junto à Comarca de Sobral, durante mais de três anos. Em 1961, chegou à 3^a entrância, com exercício na Comarca de Crateús, de onde foi comissionado com a função de Corregedor Geral da Justiça em 1963. A 12 de fevereiro de 1964, chegou à 4^a e última entrância, em Fortaleza, sendo designado para servir perante a 4^a Vara Cível, tendo oficiado também na Vara Privativa de Menores e na 7^a Vara Cível.

Em 1968, em virtude do falecimento do Desembargador José Jucá Filho, foi incluído na lista para promoção por merecimento, recaindo a escolha governamental no seu nome, prestando o juramento como Desembargador em 21 de novembro desse ano. Em 1969, foi eleito para integrar o Conselho Superior de Justiça, exercendo a Diretoria do Fórum em 1977, a Vice-Presidência do Tribunal em 1978 e a Presidência no biênio de 1979 a 1980. Foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará em dois períodos: de 2 de junho de 1976 a 20 de abril de 1978 e de 8 de junho de 1983 a 27 de abril de 1984. Faleceu em 29 de janeiro de 2004.



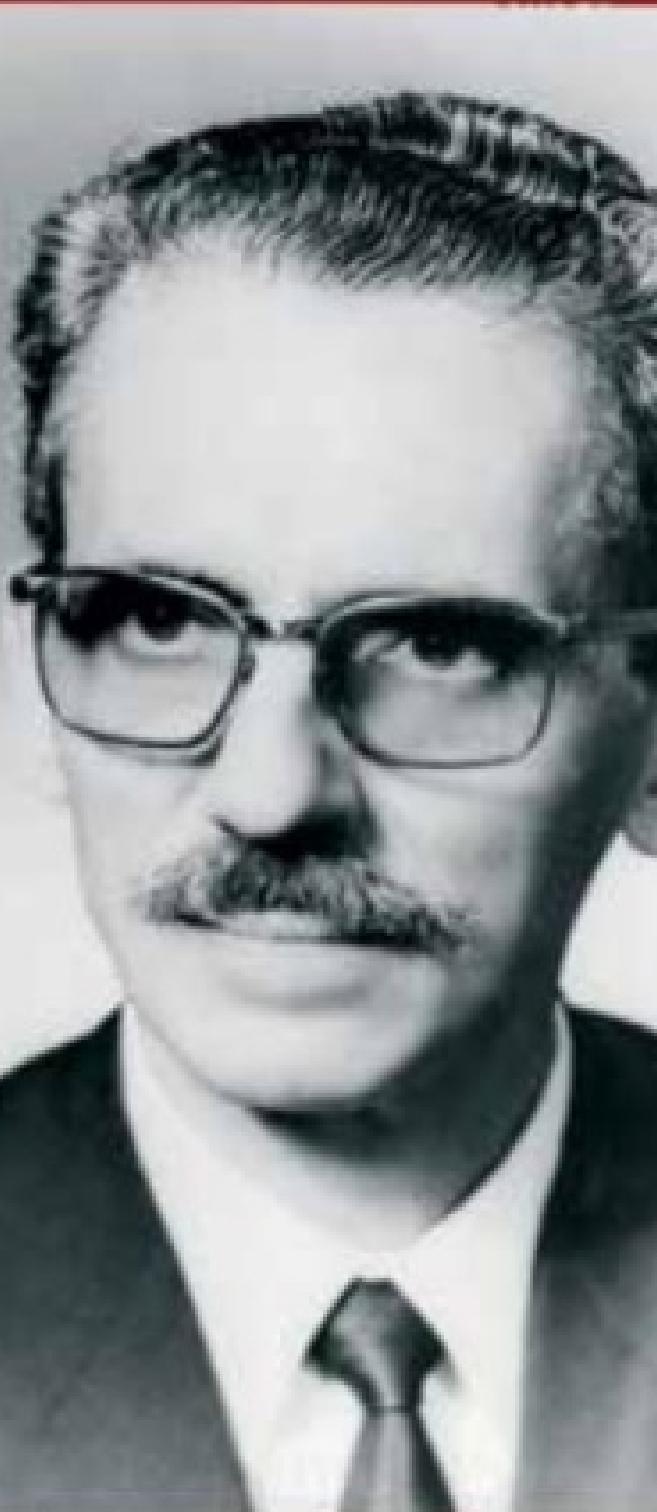
DES. JOSÉ FERREIRA DE ASSIS

24.04.1978 - 01.06.1978

02.05.1984 - 07.06.1985

Nasceu em Ibiapina a 24 de agosto de 1920, sendo seus genitores Pedro Ferreira de Assis e Raquel de Carvalho Ferreira. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará em 1946. Exerceu o magistério secundário no Liceu, onde lecionou as disciplinas História e Geografia. Ingressou na magistratura em 1952, através de concurso público de provas e títulos, com nomeação para a Comarca de Araripe. Promovido à 2ª entrância, em 1956, foi designado para servir na Comarca de Camocim, de lá sendo removido para a de Missão Velha. No ano de 1959 alcançou promoção para a Comarca de Quixeramobim, de 3ª entrância e, em 1963, para a 4ª e última entrância, com exercício na 3ª Vara da Comarca do Crato. A 20 de abril de 1965, foi removido para a 6ª Vara Cível de Fortaleza.

Foi nomeado Desembargador em 12 de fevereiro de 1969, pelo critério de antiguidade, tomando posse no dia seguinte. Em 1973, passou, mediante eleição, a integrar o Conselho Superior de Justiça. Foi Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua por duas vezes, nos anos de 1978 e 1980, sendo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça no biênio de 1979 a 1980 e Presidente no de 1981 a 1982, tendo nessa qualidade assumido por várias vezes o Governo do Estado. Foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará nos períodos de 24 de abril de 1978 a 1º de junho do mesmo ano e de 2 de maio de 1984 a 7 de junho de 1985. Aposentou-se em 1º de fevereiro de



DES. JOSÉ ALMIR DE CARVALHO

05.06.1978 - 04.06.1979

04.06.1979 - 23.04.1980

Nasceu em Fortaleza a 2 de dezembro de 1922, sendo seus genitores o Desembargador José Pires de Carvalho e Odete Pinagé de Carvalho. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará, em 1946. Foi Presidente do Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua, na Faculdade de Direito, e um dos representantes cearenses no Congresso Nacional de Estudantes de Direito, realizado em 1946. Após a formatura, estabeleceu-se como advogado em Fortaleza, sendo chamado para atuar como Juiz, na categoria de jurista, junto ao Tribunal Regional Eleitoral, por três biênios, sem prejuízo do exercício do cargo de Procurador da Assistência Judiciária dos Necessitados. Ocupou interinamente, por duas vezes, a Presidência da OAB, Secção do Ceará, culminando por ser eleito Presidente.

Com a vaga oriunda da aposentadoria do Desembargador Ubirajara Carneiro, a ser preenchida por representante da classe dos advogados, foi o Dr. José Almir de Carvalho incluído na lista tríplice, logrando ser o escolhido, por ato datado de 23 de junho de 1970, dando-se a posse a 2 de julho desse ano. Foi eleito para o Conselho Superior de Justiça em 1972, sendo Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua de 1979 a 1980 e Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, no exercício de cujo cargo foi surpreendido pela morte, a 22 de março de 1982, fato que consternou a comunidade jurídica do Estado. Foi Corregedor e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, ocupando este último cargo em dois períodos consecutivos: de 5 de junho de 1978 a 4 de junho de 1979 e de 4 de junho de 1979 a 23 de abril de 1980.



DES. JOAQUIM JORGE DE SOUSA FILHO

28.04.1982 - 03.06.1983

Nasceu em Independência a 7 de fevereiro de 1919, sendo seus genitores Joaquim Rufino Jorge de Sousa e Maria Agneta Sabóia Jorge de Sousa. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará em 1944. Após ingressar na magistratura, em 12 de outubro de 1949, esteve em exercício nas Comarcas de Guaraciaba do Norte, Itapajé, Milagres e Quixeramobim, até ser removido para a Capital como Juiz de Direito Auxiliar, sendo promovido à 4ª entrância em 1964, ficando à frente da 1ª Vara Cível e respondendo pelo Juizado dos Feitos da Fazenda Municipal de Fortaleza. Ascendeu ao Tribunal de Justiça em 1967, prestando juramento no dia 3 de maio desse ano. Com o falecimento do Desembargador Valdetário Pinheiro Mota, que fazia parte do Conselho Superior da Justiça, passou o Desembargador Joaquim Jorge de Sousa Filho de suplente a titular desse órgão, eleito pelo Tribunal a 9 de maio de 1968.

Foi Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua em 1976, sendo Vice-presidente do Tribunal em 1977 e Presidente em 1979. Foi ainda Vice-Presidente da Associação Cearense de Magistrados. Pertenceu à Academia Cearense da Língua Portuguesa. Lecionou Direito Processual Civil na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Devido ao domínio do vernáculo, era sempre designado pelo Tribunal para compor as bancas de exames de candidatos ao ingresso na magistratura. Antes de ingressar na Magistratura, foi jornalista, atuando na "Gazeta de Notícias" e nos "Diários Associados", interrompendo o jornalismo para ocupar a Prefeitura Municipal de Baixio. Foi Corregedor e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, exercendo este último cargo no período de 28 de abril de 1982 a 3 de junho de 1983. Faleceu em 14 de fevereiro de 2008.



DES. JOSÉ BARRETO DE CARVALHO

11.06.1985 - 01.05.1986

Nasceu em Jaguaruana a 20 de abril de 1924, sendo seus genitores Aloísio Barbosa de Almeida e Filomena Barreto de Carvalho. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará em 1951. Em 1953, ingressou no Ministério Público, sendo nomeado Promotor de Justiça da Comarca de Redenção, função que exerceu durante pouco tempo, em virtude de sua aprovação no concurso para Juiz de Direito. Ingressou na magistratura em 1954, na Comarca de Caririaçu, da qual foi removido para Jaguaruana, sua terra natal. Exerceu ainda a judicatura, sucessivamente, nas seguintes Comarcas: Morada Nova, de 2^a entrância, em 1961; Russas, de 3^a entrância, em 1964, e Sobral, de 4^a entrância, em 1966. Tão logo obteve remoção para a Comarca de Fortaleza, o que se deu em 1967, assumiu o Juizado de Menores.

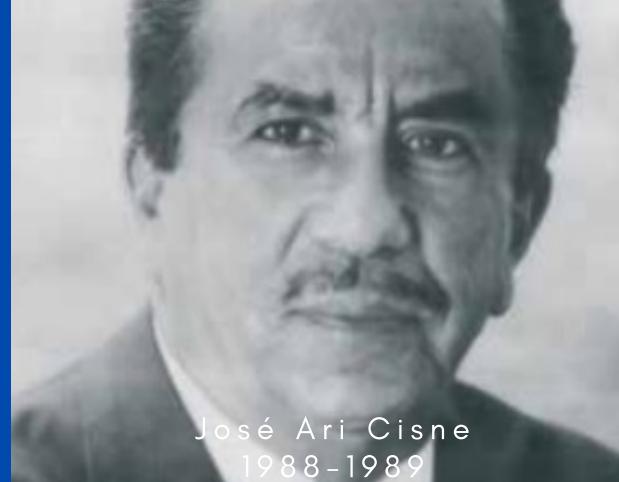
Com a aposentadoria simultânea de muitos dos Desembargadores em exercício no Tribunal, no ano de 1979, em decorrência da promulgação da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, e por se tratar do Juiz de Direito mais antigo na entrância, ascendeu ao Tribunal de Justiça em data de 11 de maio de 1979, na vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador Aurino Augusto de Araújo Lima, dando-se a posse no dia seguinte. Passou a integrar a 1^a Câmara Cível, tendo feito parte do Conselho Superior de Justiça, posteriormente denominado Conselho da Magistratura. No Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, depois de ocupar os cargos de Juiz de Direito e Corregedor Regional Eleitoral, foi Presidente no período de 11 de junho de 1985 a 1º de maio de 1986. Faleceu em 17 de março de 2011.



Carlos Facundo
1986-1987



Francisco Cláudio de A. Santos
1987-1988



José Ari Cisne
1988-1989

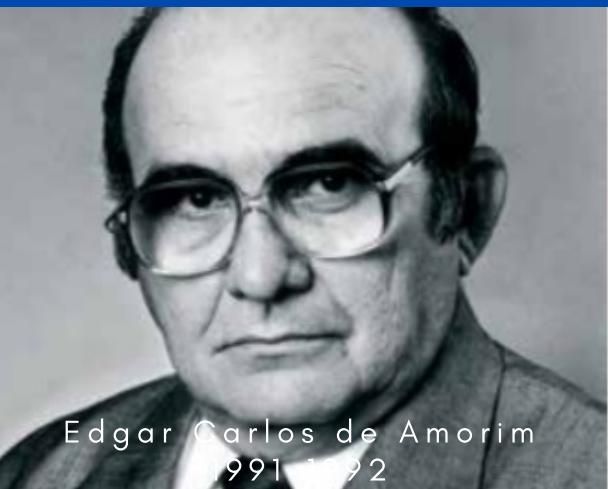


João Maria de Melo
1989-1990

GALERIA DOS PRESIDENTES 1986-1997



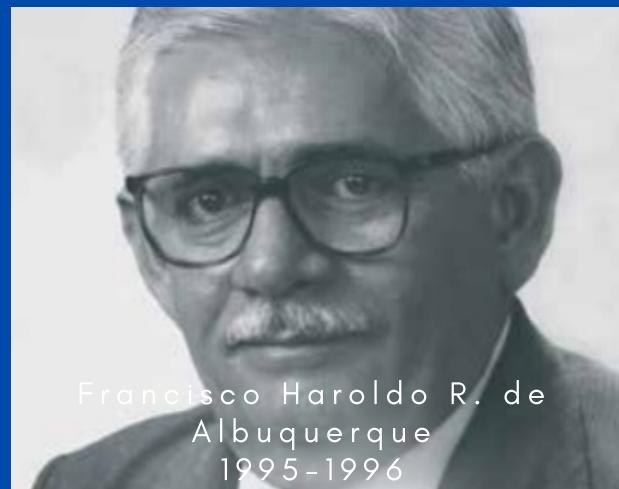
Águeda Passos R. Martins
1990-1991



Edgar Carlos de Amorim
1991-1992



Ernani Barreira Porto
1992-1994/1994-1995



Francisco Haroldo R. de
Albuquerque
1995-1996



DES. CARLOS FACUNDO

02.05.1986 - 10.06.1987

Nasceu em Camocim a 23 de fevereiro de 1933, sendo seus genitores Pedro Facundo e Maria Facundo de Moura. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1961, na Faculdade de Direito. Logo depois de sua graduação, ou seja, em 1962, submeteu-se a concurso de provas e títulos, levado a efeito pelo Tribunal de Justiça, para o provimento do cargo de Juiz de Direito, em cujo certame logrou aprovação, sendo nomeado, em data de 26 de setembro de 1962, Juiz de Direito da Comarca de Santana do Cariri. Pleiteou e obteve remoção para Pentecoste, sendo depois promovido para a Comarca de Barbalha, de 2^a entrância, em 1965. Em 1968, foi novamente promovido, dessa feita para a Comarca de Cascavel, de 3^a entrância, de onde foi convocado pelo Tribunal para assumir as funções de Corregedor Geral da Justiça. Obteve promoção para Fortaleza, da mesma forma que das vezes anteriores, também por merecimento, a 21 de maio de 1970, a princípio na qualidade de Juiz Auxiliar e, mais tarde, como titular da 9^a Vara Criminal, sem prejuízo do exercício da função de Corregedor Geral, para a qual seria reconduzido para mais dois biênios: de 1972 a 1973 e de 1974 a 1975. Continuou a servir na Corregedoria Geral da Justiça, de 1976 a 1977, como Corregedor Auxiliar.

Em 1978, reassumiu as funções de julgador, junto à 9^a Vara Criminal, acumulando também o encargo de Auxiliar da Diretoria do Fórum. Foi nomeado para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, pelo critério de merecimento, em 11 de maio de 1979, tomando posse no dia seguinte. Doze anos depois, no dia 1º de fevereiro de 1991, foi empossado na Presidência do Tribunal de Justiça. Ocupou, também, tanto o cargo de Vice-Presidente quanto o de Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, este último no período de 2 de maio de 1986 a 10 de junho de 1987. Faleceu no dia 5 de agosto de 2014.



DES. FRANCISCO CLÁUDIO DE ALMEIDA SANTOS

12.06.1987 - 28.04.1988

Nasceu em Parnaíba, no Estado do Piauí, a 6 de outubro de 1935, sendo seus genitores Raul dos Santos e Maria do Rosário Moraes de Almeida Santos. Vindo posteriormente a residir em Fortaleza/CE, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, em 1959. Ingressou no Ministério Público em 1962, mediante concurso público. Inicialmente, foi nomeado promotor de justiça da Comarca de Beberibe. Em 1963/64, ainda no Parquet, foi requisitado para atuar como promotor junto à Procuradoria Regional da República no Ceará. Deu início à carreira de magistrado no ano de 1982, quando ingressou no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, na qualidade de desembargador, por intermédio do quinto constitucional.

No período de junho de 1986 a maio de 1987, sagrou-se Vice-Presidente e Corregedor-Geral do aludido Tribunal, vindo a exercer também, a partir de 1986, a atribuição de presidente da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Ceará. Em 18.05.1989, passou a ocupar a cadeira de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, onde integrou a 2ª Seção e a 3ª Turma. Foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará no período de 12 de junho de 1987 a 28 de abril de 1988. Aposentou-se voluntariamente em 18 de março de 1996.



DES. JOSÉ ARI CISNE

03.05.1988 - 08.06.1989

Nasceu em Fortaleza a 3 de abril de 1933, sendo seus genitores José Mardocheu Cisne e Carmelita de Abreu Cisne. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará em 1957. Exerceu inicialmente a advocacia. Submeteu-se a concurso para ingresso no Ministério Público Estadual, em cujo certame logrou aprovação. Foi nomeado em 4 de julho de 1958 para o cargo de Promotor de Justiça da Comarca de Aracoiaba, no qual permaneceu até 21 de julho de 1960. A 16 de novembro do referido ano de 1960, ingressou na magistratura, igualmente mediante concurso de provas e títulos, tendo judicado nas Comarcas de Guaraciaba do Norte, Cedro, Baturité e Fortaleza, nesta oficiando na 4^a Vara Criminal, 1^a Vara da Fazenda Pública, Auditoria Militar e na Vara de Execuções Criminais.

A 7 de março de 1985, foi nomeado Desembargador pelo critério de antiguidade. Posteriormente, seria eleito para o cargo de Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua. Presidiu o mesmo Tribunal no biênio de 1995 a 1997. Em 7 de maio de 1971, tomou posse no Tribunal Regional Eleitoral do Ceará como Juiz Substituto. Dezessete anos depois retornaria ao TRE-CE. Depois de passar pela Vice-Presidência e Corregedoria, ocupou também a Presidência no período de 3 de maio de 1988 a 8 de junho de 1989.



DES. JOSÉ MARIA DE MELO

12.06.1989 - 02.05.1990

Nasceu em Groaíras a 6 de março de 1936, sendo seus genitores Francisco Ximenes de Melo e Felisbela Benvinda Guimarães. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, na turma de 1961. É, também, graduado em Administração Pública e de Empresas, pela Escola de Administração do Ceará, cursos esses concluídos nos anos de 1969 e 1972. Antes de ingressar na magistratura, foi candidato a Deputado Estadual pelo Partido de Representação Popular, obtendo expressiva votação, só não ocupando uma cadeira na Assembléia Legislativa porque já assumira o cargo de Juiz de Direito de Farias Brito, em cuja Comarca esteve de 13 de dezembro de 1962 a 9 de março de 1966 (1^a entrância). Foi sucessivamente Juiz de Direito das Comarcas de Morada Nova (2^a entrância), de 10 de março de 1966 a 13 de março de 1968; Granja e Tauá (3^a entrância), durante o ano de 1968 e Fortaleza (na época, 4^a entrância), a partir de 27 de setembro de 1969. Na qualidade de Juiz de Direito de 3^a entrância, foi nomeado Corregedor Geral da Justiça, onde cumpriu um biênio, 1968 a 1969.

Nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará, pelo critério de merecimento, no dia 17 de outubro de 1985, passou a integrar a 1^a Câmara Cível do respectivo Tribunal. Ocupou todos os cargos de Direção do Tribunal de Justiça, uma vez que exerceu a Vice-Presidência e a Diretoria do Fórum, de 1995 a 1997, e a Presidência, no biênio de 1997 a 1999. Foi Vice-Presidente, Corregedor e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, tendo ocupado este último cargo no período de 12 de junho de 1989 a 2 de maio de 1990. Faleceu no dia 25 de dezembro de 2015.

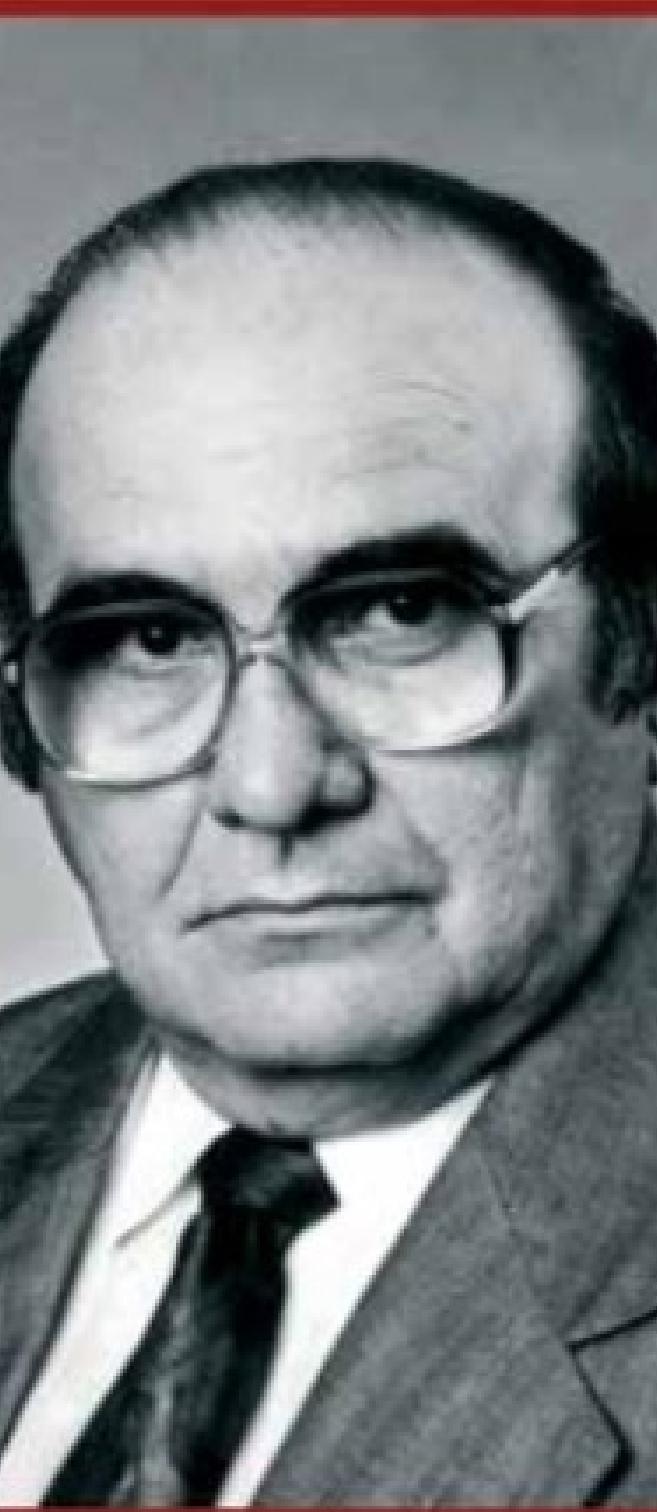


DES. ÁGUEDA PASSOS RODRIGUES MARTINS

03.05.1990 - 11.06.1991

Nasceu em Viçosa do Ceará, a 21 de julho de 1933, seus genitores Destrino Carneiro Passos e Philadelphia de Sousa Passos. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, a 8 de dezembro de 1958. Ingressou na magistratura a 24 de abril de 1961, mediante concurso público, sendo nomeada Juíza de Direito da Comarca de Várzea Alegre. Na região caririense, foi, ainda, titular das Comarcas de Barbalha (1964 a 1966) e Juazeiro do Norte (1966 a 1967), sempre promovida por merecimento, tendo respondido pelo expediente judiciário das Comarcas de Juazeiro do Norte, Missão Velha, Assaré, Potengi, Caririçaú, Crato, Santana do Cariri, Araripe e Jardim. Em 27 de dezembro de 1967, igualmente por merecimento, foi promovida para a Comarca de Fortaleza, assumindo a titularidade da 9^a Vara Cível, auxiliando simultaneamente, durante mais de dois anos, a 10^a Vara Cível.

Ingressou no Tribunal de Justiça pelo critério de antiguidade, sendo a segunda mulher cearense a ser nomeada para o cargo de Desembargador, o que se deu a 6 de fevereiro de 1986. Em dezembro de 1996, foi eleita Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, dando-se a posse a 3 de fevereiro de 1997, passando, em consequência, a dirigir o Fórum Clóvis Beviláqua. A Desembargadora Águeda Passos Rodrigues Martins, eleita para o biênio 1999 a 2001, foi a primeira mulher no Estado do Ceará a eleger-se Presidente do Tribunal de Justiça. Exerceu as funções de Vice-Presidente e Corregedora Regional Eleitoral no ano de 1989 e a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará no período de 3 de maio de 1990 a 11 de junho de 1991.



DES. EDGAR CARLOS DE AMORIM

12.06.1991 - 12.06.1992

Nasceu em Almino Afonso, antiga Caeira, no Estado do Rio Grande do Norte, a 25 de novembro de 1928, sendo seus genitores Agrário Carlos de Andrade e Dinorá Lopes Carlos. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará - UFC, em 1959. Uma vez diplomado em Direito e inscrito na OAB, Secção do Ceará, passou a exercer a advocacia. Depois de permanecer nesse mister por aproximadamente seis anos, resolveu abraçar a magistratura, submetendo-se a concurso de provas e títulos para ingresso no cargo de Juiz Substituto, logrando aprovação em 1966. Nomeado para a Comarca de Ibiapina, logo foi designado pelo Tribunal de Justiça para responder pelas Comarcas de Granja e Massapé, onde se demorou durante mais de um ano. Em seguida e graças ao seu devotamento à causa da Justiça, foi promovido sucessivamente, logo que implementava o interstício legal, por merecimento, para as Comarcas de Jaguaribe (2^a entrância) e Iguatu (3^a entrância). Foi removido, a pedido, para a Comarca de Sobral e, posteriormente, para a de Maranguape, obtendo da última, promoção, igualmente pelo critério de merecimento, para a Comarca de Fortaleza, em 1975, na qual esteve à frente da Vara de Registros Públicos por vários anos.

Após figurar pela terceira vez em lista de merecimento para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará, foi nomeado a 19 de novembro de 1986. O Desembargador Edgar Carlos de Amorim exerceu também o magistério, lecionando as disciplinas de Direito Internacional Privado, Direito Penal e Direito Administrativo na Faculdade de Direito da UFC. Tem diversos livros publicados tanto no âmbito jurídico quanto literário, além de colaborar em jornais de Fortaleza. Foi Vice-Presidente, Corregedor Regional Eleitoral e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, tendo ocupado este último cargo no período de 12 de junho de 1991 a 12 de junho de 1992.

A black and white portrait of a man with dark hair, wearing a dark suit jacket, a white shirt, and a dark tie. He is looking slightly to the right of the camera with a neutral expression.

DES. ERNANI BARREIRA PORTO

12.06.1992 - 24.02.1994

24.02.1994 - 12.06.1995

Nasceu em Fortaleza a 26 de outubro de 1942, sendo seus genitores Hugo Frota Magalhães Porto e Maria Laís Barreira Porto. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará em 1965. Iniciou sua vida pública como advogado, em 1966. De 1967 a 1968, na qualidade de professor interino, lecionou a disciplina Direito Civil II, na Faculdade de Direito da UFC. Aprovado em concurso público para provimento do cargo de professor assistente da referida unidade universitária, em 1970, lecionou diversas disciplinas do Departamento de Direito Privado, vindo a se tornar professor titular de Direito do Trabalho. Durante a gestão do governador Luiz Gonzaga Fonseca Mota, ocupou diversos cargos no governo, dentre os quais os de Procurador Geral do Estado, de outubro de 1985 a fevereiro de 1986, e Secretário de Administração, de outubro de 1986 a fevereiro de 1987.

Em 19 de março de 1987, tomou posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. No exercício do cargo, foi Presidente da Comissão de Legislação, no biênio 1989 a 1990; membro do Conselho da Magistratura, de 1991 a 1992; Diretor da Escola Superior de Magistratura do Estado do Ceará, de 1992 a 1993; Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, no biênio 1999 a 2001, e Presidente do mesmo Tribunal no biênio 2009 a 2011. Foi Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, e, a seguir, Presidente, ocupando este último cargo nos seguintes períodos: 12 de junho de 1992 a 24 de fevereiro de 1994 e 24 de fevereiro de 1994 a 12 de junho de 1995.

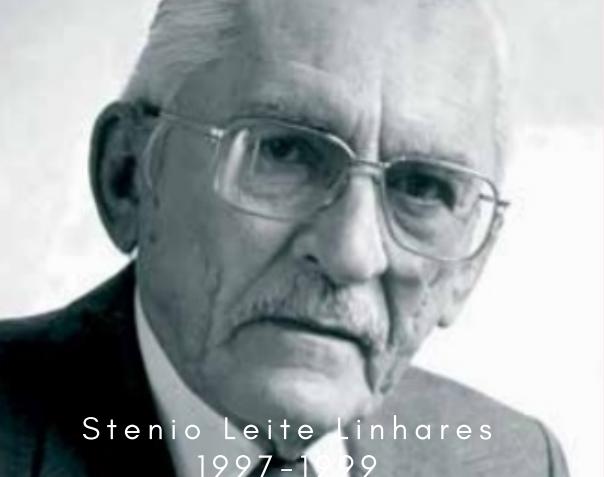


DES. FRANCISCO HAROLDO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE

12.06.1995 - 12.06.1997

Nasceu em Sobral a 19 de setembro de 1941, sendo seus genitores Gerardo Rodrigues de Albuquerque e Iolanda de Paula Pessoa Rodrigues de Albuquerque. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará - UFC em 1964. Antes de ingressar na magistratura, serviu na extinta Companhia de Desenvolvimento Econômico do Ceará - CODEC. Em 1970, submeteu-se a concurso público para provimento do cargo de Juiz Substituto, promovido pelo Tribunal de Justiça do Ceará, logrando aprovação. Iniciou as suas atividades jurisdicionais pela Comarca de Reriutaba, em 1970, da qual alcançou promoção para Juiz Auxiliar de Sobral (Zonal) e desta, sucessivamente, para Quixeramobim, Maranguape e Fortaleza. Na Comarca de Fortaleza, foi Juiz Auxiliar, vindo a tornar-se titular da 1ª Vara Cível, na qual permaneceu de 1979 a 1988, ou seja, até a sua promoção por merecimento para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

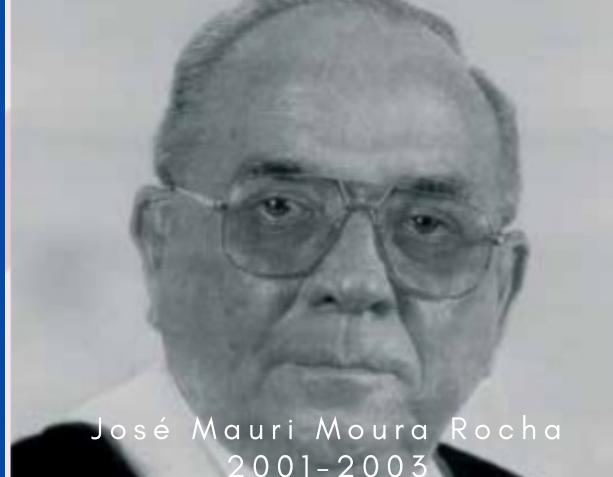
Exerceu as funções de Juiz Eleitoral em diversas Zonas do Interior do Estado, como titular ou por respondência, nas Comarcas de Cariré, São Gonçalo do Amarante, Reriutaba, Coreaú, Canindé, Pentecoste, Aquirás, Pacatuba, Itapipoca, Quixeramobim e Maranguape. Em Fortaleza, foi titular da 82ª Zona Eleitoral. Foi professor de Direito Comercial, Societário e Falimentar e Teoria Geral do Processo, na UNIFOR, e de Direito Comercial na Faculdade de Direito da UFC. Foi Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e Presidente, tendo exercido este último cargo no período de 12 de junho de 1995 a 12 de junho de 1997.



Stenio Leite Linhares
1997-1999



Raimundo H. de P. Castro
1999-2001

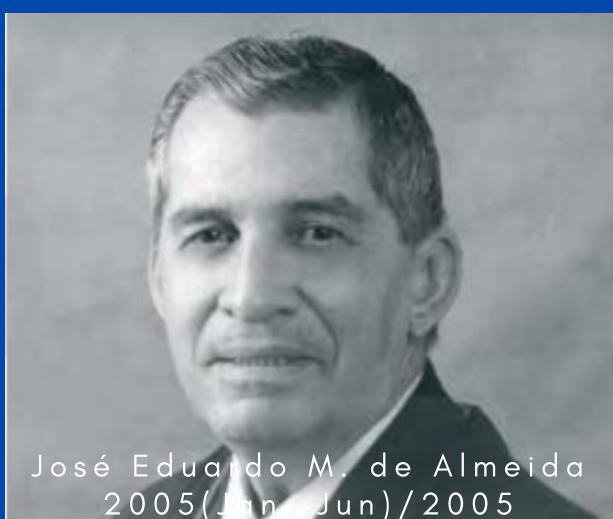


José Mauri Moura Rocha
2001-2003



Fernando Luiz Ximenes Rocha
2002 (Ago.-Out.)/2003(Jan.-
Jun), 2003-2005

GALERIA DOS PRESIDENTES 1997-2011



José Eduardo M. de Almeida
2005(Jan.-Jun)/2005



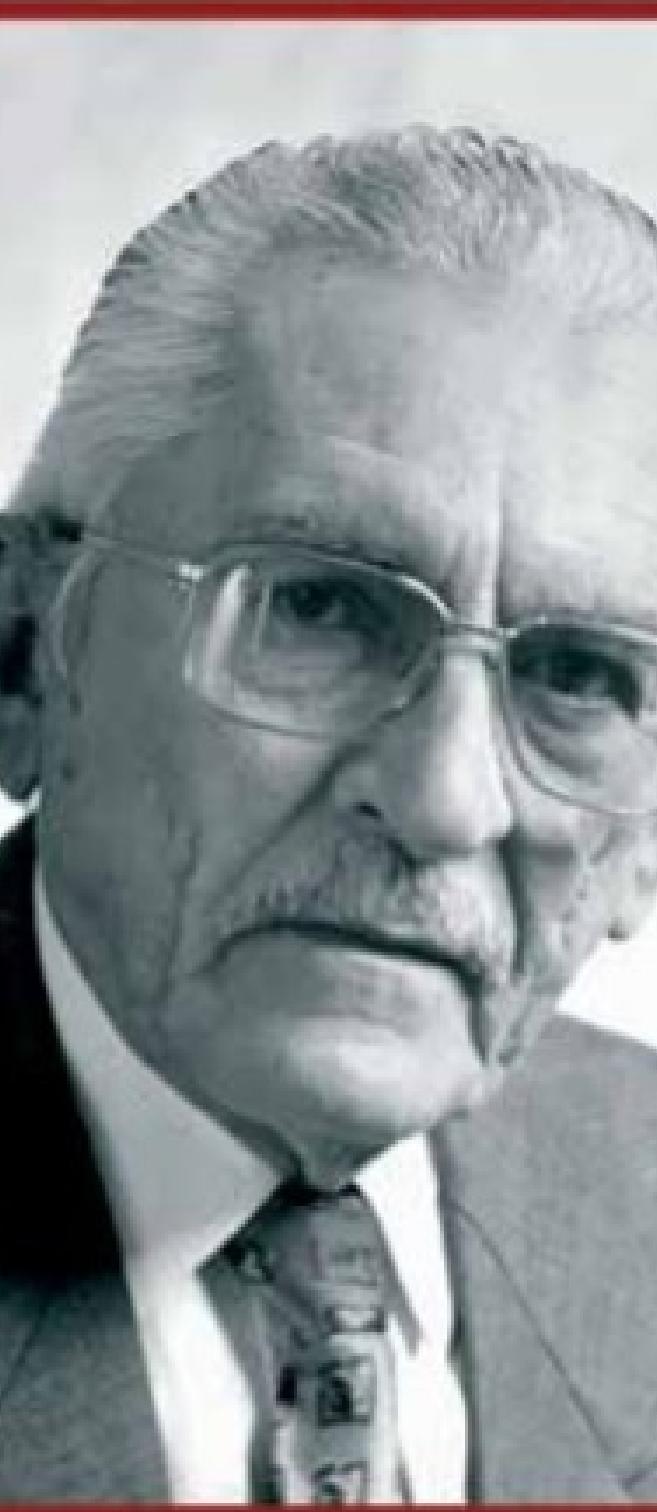
Huguette Braquehais
2005 (Nov.-Dez.)/2005-2009



Gizela Nunes da Costa
2009



Luiz Geraldo de P. Brigido
2009-2011



DES. STÊNIO LEITE LINHARES

12.06.1997 - 09.06.1999

Nasceu em Lavras da Mangabeira a 31 de janeiro de 1930, sendo seus genitores Raimundo Gonçalves Linhares e Maria Leite Linhares. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará em 1956. Exerceu a advocacia junto às Comarcas de Guaraciaba do Norte, Ipu, Nova Russas e Ipueiras, sendo nesta última cidade Diretor do Colégio Estadual Otacílio Mota, de cujo estabelecimento foi também professor, no período compreendido entre 1957 a 1960. Exerceu os cargos de Diretor do Departamento de Polícia Civil, Delegado da Ordem Política e Social, bem como a Chefia de Gabinete, todos na Secretaria de Segurança Pública. Ainda na década de 60, ingressou mediante concurso público de provas e títulos no Ministério Público Estadual, onde ocupou todos os cargos inerentes à carreira ministerial.

Em 1977, foi nomeado Subprocurador Geral da Justiça, passando em seguida a 2º e 1º Subprocurador Geral, culminando por ser nomeado no primeiro governo de Tasso Jereissati, Procurador Geral da Justiça, em cujo cargo permaneceu até a sua nomeação para o cargo de Desembargador do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, cuja posse se deu em 29 de junho de 1989. Além de ocupar os cargos de Vice-Presidente e Corregedor, foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará no período de 12 de junho de 1997 a 9 de junho de 1999.



DES. RAIMUNDO HÉLIO DE PAIVA CASTRO

09.06.1999 - 08.06.2001

Nasceu em Aracoiaba a 6 de junho de 1932, sendo seus genitores Eduardo de Castro e Maria de Paiva Castro. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará em 1957. Após rápida passagem pela advocacia, resolveu submeter-se a concurso para o cargo de Juiz de Direito, logrando aprovação. Nomeado para a Comarca de Pereiro, foi posteriormente removido para a de Guaraciaba do Norte. De Guaraciaba, passou a julgar sucessivamente nas Comarcas de Beberibe, Cedro, Caucaia, Iguatu, Crato (1^a Vara) e Fortaleza, nesta inicialmente como Juiz Auxiliar e, depois, como titular da 8^a Vara Criminal.

A 6 de dezembro de 1991 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, pelo critério de merecimento, sendo empossado a 19 do mesmo mês e ano. Ocupou os cargos de Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. No período de 9 de junho de 1999 a 8 de junho de 2001, ocupou também o cargo de Presidente do TRE-CE. Faleceu no dia 24 de outubro de 2013.



DES. JOSÉ MAURI MOURA ROCHA

08.06.2001 - 22.08.2002

14.10.2002 - 17.01.2003

Nasceu em Caucaia aos 18 de janeiro de 1933, sendo seus genitores Manoel Braga da Rocha e Luíza Moura Rocha. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará em 1959. Ingressou na magistratura após aprovação no concurso público a que se submeteu, em 12 de outubro de 1961, sendo nomeado Juiz de Direito da Comarca de Jaguaruana, da qual foi sucessivamente promovido por merecimento para as Comarcas de Itapajé e Russas. A 9 de outubro de 1968, foi promovido à 4ª entrância, ou seja, para a Comarca de Fortaleza, sendo designado para officiar junto à 12ª Vara Cível.

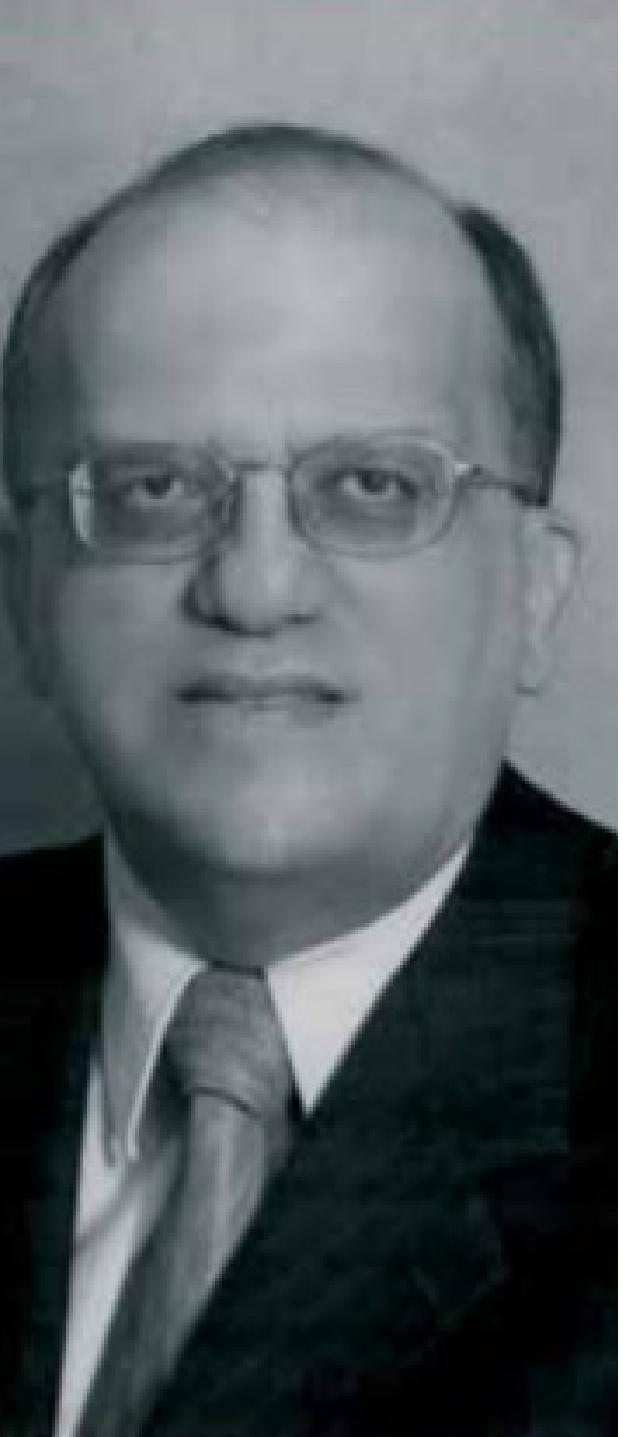
Pleiteou posteriormente remoção para a 3ª Vara da Fazenda Pública, onde permaneceu de 19 de setembro de 1977 até a sua promoção para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, o que se deu a 26 de abril de 1994. Foi membro do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, na categoria de Juiz de Direito, de 1976 a 1978. Posteriormente retornaria ao TRE-CE, ocupando os cargos de Vice-Presidente e Corregedor e, nos seguintes períodos, o de Presidente: de 8 de junho de 2001 a 22 de agosto de 2002 e de 14 de outubro de 2002 a 17 de janeiro de 2003.

DES. FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA

23.08.2002 - 13.10.2002 (interino)

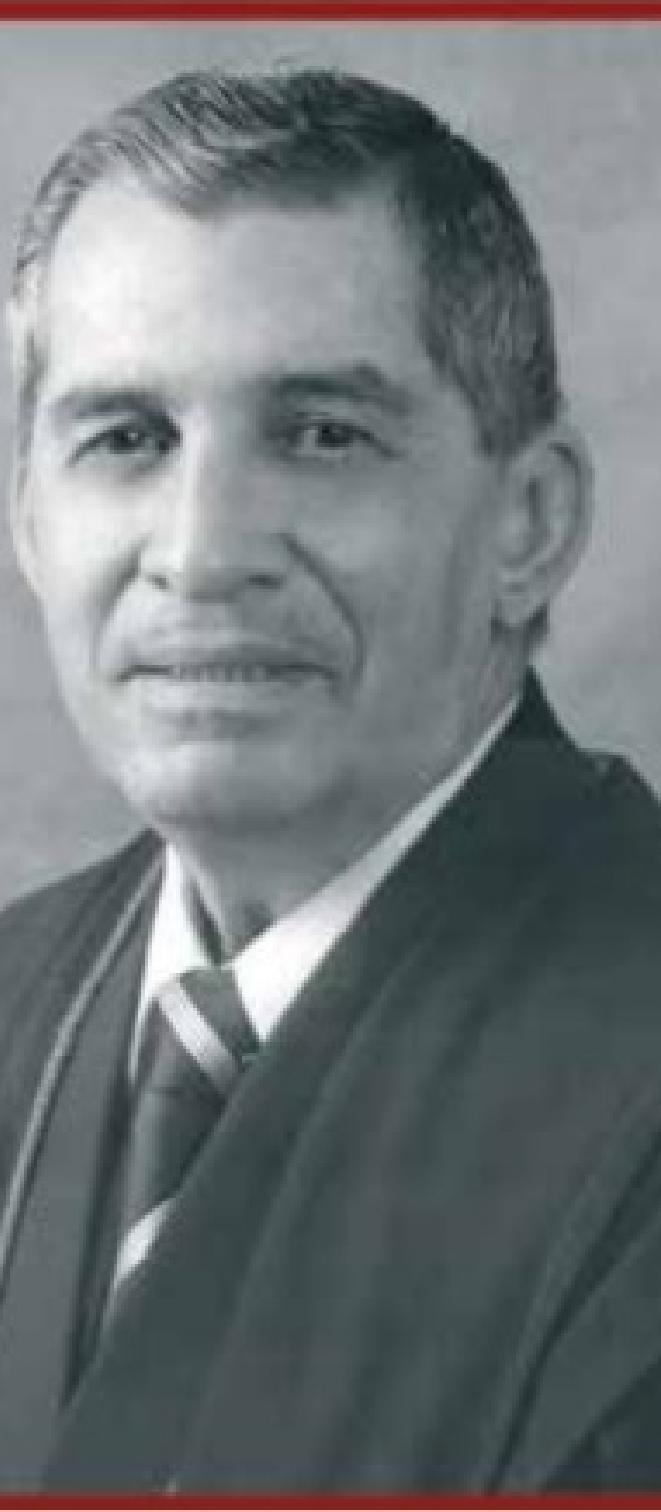
18.01.2003 - 07.06.2003 (interino)

10.06.2003 - 11.01.2005 (titular)



Nasceu em Fortaleza a 23 de novembro de 1952, sendo seus pais Benjamim Aguiar Rocha e Angélica Aguiar Ximenes Rocha. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da UFC em 1974. Exerceu a advocacia de 23.02.1978 a 13.10.1994, tendo ocupado os cargos de Secretário e Vice-Presidente da OAB-CE. Na Administração Pública, exerceu, dentre outros, os seguintes cargos ou funções: Secretário do Governo do Estado do Ceará (08.04.1994 a 15.08.1994); Procurador Geral do Estado (15.03.1991 a 08.04.1994); Secretário da Justiça, durante o afastamento do titular (11.12.1991 a 24.03.1992); Procurador Geral do Município de Fortaleza (01.01.1989 a 11.04.1990); Procurador do Estado (09.10.1984 a 13.10.1994); Procurador-Chefe da Procuradoria Judicial do Estado do Ceará (22.05.1987 a 12.05.1988); membro efetivo do Conselho Departamental da Faculdade de Direito da UFC, representando o Departamento de Direito Privado (1986); Chefe do Departamento de Direito Privado da Faculdade de Direito da UFC, no biênio 1988-1989; integrante da lista tríplice para escolha de Juiz Titular do TRE-CE, na categoria Jurista, organizada na sessão de 17 de maio de 1990.

Foi nomeado Desembargador do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em 1994, via quinto constitucional, em decorrência da elevação do número de desembargadores de 15 para 21, por força da Lei nº 12.342, de 28 de julho de 1994, que instituiu o novo Código de Organização Judiciária do Estado. Publicou o livro Controle de constitucionalidade das leis municipais (São Paulo: Atlas, 2ª edição, 2003), além de diversos artigos em obras de autoria coletiva. Exerceu os cargos de Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, e, nos seguintes períodos, o de Presidente: 23.08.2002 a 13.10.2002 (titular), 18.01.2003 a 07.06.2003 (interino) e 10.06.2003 a 11.01.2005 (titular).



DES. JOSÉ EDUARDO MACHADO DE ALMEIDA

12.01.2005 - 07.06.2005 (interino)
08.06.2005 - 13.11.2005 (titular)

Nasceu em Sousa, no Estado da Paraíba, a 12 de novembro de 1935, sendo seus genitores Absalão Pereira de Almeida e Hermínia Machado de Almeida. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará em 1962. Antes de ingressar na magistratura, pertenceu aos quadros da Secretaria da Fazenda, em cuja pasta ocupou o cargo de Delegado Regional. Em 1965, após concurso de provas e títulos, ingressou na magistratura cearense, iniciando as suas atividades jurisdicionais pela Comarca de Jaguaretama, sendo em seguida, sucessivamente, titular das Comarcas de Acaraú, Quixeramobim, Maranguape e Fortaleza, onde permaneceu à frente da 3^a Vara Cível por dezenove anos. Lecionou durante algum tempo a disciplina Direito Comercial na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça a 9 de outubro de 1997, pelo critério de antiguidade.

Durante muitos anos, foi o decano da Justiça Eleitoral de 1º grau no Ceará, tendo sido, na administração do Des. Ernani Barreira Porto, frente ao TRE, o Coordenador da Propaganda Eleitoral em Fortaleza. Exerceu os cargos de Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, e, nos seguintes períodos, o de Presidente: 12 de janeiro de 2005 a 7 de junho de 2005 (interino) e 8 de junho de 2005 a 13 de novembro de 2005 (titular).

A black and white portrait of a woman with short, dark hair, wearing glasses and a dark jacket. She is smiling and looking slightly to the right.

DES. HUGUETTE BRAQUEHAIS

14.11.2005 - 18.12.2005 (interina)
19.12.2005 - 07.06.2007 (titular)
11.06.2007 - 23.03.2009 (titular)

Nasceu em Maranguape a 25 de março de 1939, sendo filha de Robert Joseph Braquehais e Jeanne Georgette Fouilleul Braquehais. Bacharelou-se em 1963 em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da UFC. Em 1964, foi nomeada, em caráter provisório, para o cargo de Adjunta de Promotor de Justiça da Comarca de Icó, onde passou dois anos atuando. Em 1966, foi aprovada nos concursos para provimento dos cargos de Promotor de Justiça de 1^a entrância e de Juiz Substituto de 1^a entrância. Optando pela magistratura, tomou posse no cargo de Juíza Substituta da Comarca de Jaguaruana em novembro de 1966. Uma vez adquirida sua vitaliciedade, foi promovida, por merecimento, para a Comarca de Mombaça, de 2^a entrância, na qual atuou durante um ano, após o que pediu e obteve remoção para a Comarca de Caucaia, também de 2^a entrância. Depois de entrar em lista de merecimento para Baturité, foi promovida por antiguidade para a Comarca de Aracati, onde permaneceu por quase seis anos.

Novamente removida, a pedido, para a Comarca de Caucaia, já de 3^a entrância, foi promovida por merecimento para Fortaleza, passando a atuar no Fórum Clóvis Beviláqua como Juíza titular da 1^a Vara de Delitos de Trânsito, até ascender ao cargo de Desembargadora, na data de 25 de março de 1999. Dois meses após essa data, tornou-se membro da 2^a Câmara Criminal do TJ-CE, onde veio a exercer posteriormente a presidência, ao mesmo tempo em que ocupou a presidência da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional. Integrou, ainda, o Conselho Superior da Magistratura no biênio 2003/2005. Exerceu os cargos de Vice-Presidente e Corregedora do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, e, nos seguintes períodos, o de Presidente: 14 de novembro de 2005 a 18 de dezembro de 2005 (interina); 19 de dezembro de 2005 a 7 de junho de 2007 (titular) e 11 de junho de 2007 a 23 de março de 2009 (titular).



DES. GIZELA NUNES DA COSTA

24.03.2009 - 14.06.2009 (interina)
15.06.2009 - 21.10.2009 (titular)

Nasceu em Caucaia a 22 de outubro de 1939, sendo filha de Francisco Lauro Vieira da Costa e Maria Nunes da Costa. Bacharelou-se: em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará - UFC, em 1963; em Administração Pública, pela Escola de Administração do Ceará, da Universidade Estadual do Ceará - UECE, em 1968; em Administração de Empresa, pela Escola de Administração do Ceará, da UECE, em 1970; em História (Licenciatura Plena), pela Faculdade de Filosofia Dom José, de Sobral, agregada à UFC, em 1973; e em Letras (Licenciatura Plena), também por esta última Faculdade. Ingressou na Magistratura Estadual em 1966, mediante concurso público, sendo nomeada para o cargo de Juíza Substituta da Comarca de Reriutaba (1^a Entrância), reconduzida em 1968 para o cargo de Juíza de Direito da referida Comarca. Em 1969, foi promovida, pelo critério de merecimento, para a Comarca de Canindé (2^a Entrância). Em 1970, pelo mesmo critério, foi promovida para a Comarca de Quixadá, de 3^a Entrância e, em 1971, a pedido, para a de Sobral, de mesma Entrância.

Em 1979, foi promovida, pelo critério de antiguidade, a Juíza de Direito Auxiliar da Capital, passando posteriormente a Juíza de Direito Titular da 4^a Vara de Família. Em 1982, foi nomeada Juíza Eleitoral da 94^a Zona de Fortaleza. Em 1999, foi eleita, pelo critério de antiguidade, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. No biênio 2001-2002, exerceu o cargo de Diretora da Escola de Magistratura do Estado do Ceará. Exerceu, ainda, o magistério, tendo lecionado na Universidade Vale do Acaraú e na Faculdade de Filosofia Dom José, ambas de Sobral, e na Universidade Estadual do Ceará. Exerceu os cargos de Vice-Presidente e de Corregedora do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, e, nos seguintes períodos, o de Presidente: 24 de março de 2009 a 14 de junho de 2009 (interina) e 15 de junho de 2009 a 21 de outubro de 2009 (titular).



DES. LUIZ GERARDO DE PONTES BRÍGIDO

22.10.2009 - 13.12.2009 (interino)
14.12.2009 - 30.01.2011 (titular)

Nasceu em Fortaleza a 2 de janeiro de 1951, sendo seus genitores Luiz Gerardo M. Brígido Nunes e Maria Ligia de Pontes Brígido Nunes. Bacharelou-se em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, e em Letras, pela FAFICE, atual Universidade Estadual do Ceará. Antes de integrar a Justiça, militou na imprensa. Ingressou na magistratura em 1979, mediante concurso de provas e títulos. Judicou em Jaguaruana, Pacajus, Tianguá e Tauá antes de se tornar titular da 20ª Vara Cível de Fortaleza. Obteve todas as promoções por merecimento. Prestou serviços à Assessoria Jurídica da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nas gestões dos Desembargadores José Maria de Melo, Águeda Passos Rodrigues Martins e Francisco Haroldo Rodrigues de Albuquerque. Foi Juiz da 2ª Zona Eleitoral de Fortaleza, além de ter atuado, por vários anos, como Juiz Auxiliar da Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. No ano de 2000, passou a integrar, como Juiz de Direito, o Pleno dessa Corte. Ascendeu a desembargadoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará em outubro de 2002, e em 28 de janeiro de 2011, assumiu a Vice-Presidência dessa colenda Corte.

Diversas homenagens foram prestadas ao eminente magistrado, dentre elas: Medalha do Mérito Judiciário Clóvis Beviláqua, outorgada pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Ceará, em 1999; Medalha Marechal-do-Ar Casimiro Montenegro, outorgada pela Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas (Ciopaer); Medalha do Pacificador, concedida pelo Exército Brasileiro, em 2010, e Medalha Boticário Ferreira, concedida pela Câmara Municipal de Fortaleza, em 2011. Publicou trabalhos jurídicos na Revista do Tribunal de Justiça do Ceará, na Revista da Associação Cearense de Magistrados e no Jornal "Diário do Nordeste". Exerceu, no Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, os cargos de Vice-Presidente e Corregedor e, a seguir, de Presidente, este último nos períodos: 22 de outubro de 2009 a 13 de dezembro de 2009 (interino) e 14 de dezembro de 2009 a 30 de janeiro de 2011 (titular).



Ademar Mendes Bezerra
2011-2013



Maria Iracema M. do Vale
2013-2015

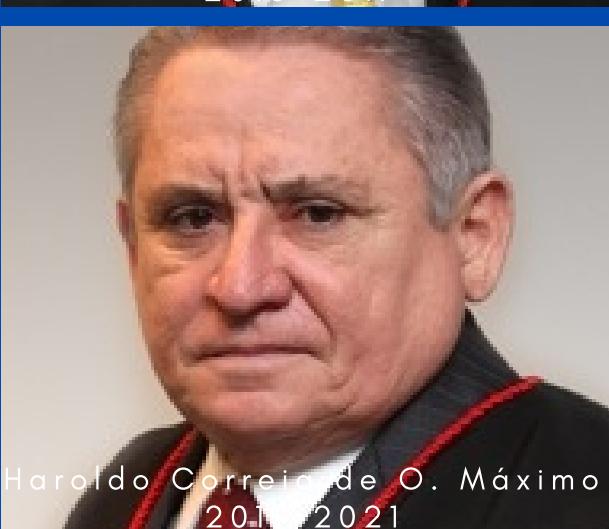


Antônio Abelardo B. Moraes
2015-2017



Maria Nailde P. Nogueira
2017-2019

GALERIA DOS PRESIDENTES 2011-2020



Haroldo Correia de O. Máximo
2019-2021



DES.ADEMAR MENDES BEZERRA

26.04.2013-13.06.2013 (interino)
14.06.2013 - 29.01.2015 (titular)

Nasceu em Sobral a 26 de abril de 1943, tendo sido, porém, registrado em Guaraciaba do Norte, sendo seus genitores João Bezerra de Menezes e Regina de Aragão Mendes Bezerra. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará - UFC em 1972. Licenciou-se em História pela Faculdade de Filosofia D. José de Sobral, agregada à UFC, em 1977. Ingressou na magistratura em 1974, tendo sido Juiz Titular das Comarcas de Coreaú, de 1974 a 1977; Missão Velha, de 1977 a 1978; São Gonçalo do Amarante, de 1978 a 1979, e Baturité, de 1979 a 1987. Foi Juiz Auxiliar da Comarca de Fortaleza de 1987 a 1991 e Juiz Titular da Vara de Execuções Criminais, Corregedoria dos Presídios e de Habeas-Corpus de 1991 a 2003. Foi Assessor da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nos exercícios de 1977 e 1997. Exerceu o magistério em diversas instituições de ensino: Colégio Demócrito Rocha, Ginásio Municipal de Coreaú, Escola Técnica Federal, Faculdade de Ciências Contábeis da UVA, Faculdades de Direito da URCA e da UFC, Escolas Superiores da Magistratura e do Ministério Público do Estado do Ceará e do Curso de Especialização da Universidade de Mogi das Cruzes.

Na Justiça Eleitoral, em 1988, foi Juiz Corregedor Auxiliar da Corregedoria Regional Eleitoral. Em 1989, foi designado Coordenador da Propaganda Eleitoral em Fortaleza e Coordenador-Geral das Eleições na Capital. Nesse mesmo ano, foi nomeado Juiz Substituto da Corte Eleitoral cearense, permanecendo assim até 1993, quando foi escolhido como Juiz Efetivo do TRE-CE, cujo biênio finalizou em 1997. Assumiu como Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará em 12 de junho de 2003. Posteriormente, já em 2009, retornaria ao TRE-CE, exercendo a Vice-Presidência e a Corregedoria Regional Eleitoral. Em seguida, de 31 de janeiro a 13 de junho de 2011, exerceu interinamente a Presidência desse Colegiado, sendo efetivado a 14 de junho do mesmo ano, onde permanece até os dias atuais



DES. MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE

26.04.2013 - 13.06.2013 (interina)
14.06.2013 - 29.01.2015 (titular)

Nasceu em 17 de abril de 1952, em Fortaleza, Ceará, tendo como genitores Francisco Ferreira do Vale e Iracema Martins do Vale. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Ceará - UFC, em 1974, e em Administração Pública pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, no ano de 1980. Realizou, ainda, os seguintes cursos: Especialização em Direito Público pela Universidade Federal do Ceará - UFC (1980), Especialização em Processo Civil pela Escola Superior do Ministério Público (2002), Curso de Direito Penal, pela Universidade Federal do Ceará (1980), Curso de Capacitação de Recursos Humanos para Atuar na Prevenção e Enfrentamento de Violência contra a Pessoa Idosa, promovido pela Procuradoria Geral de Justiça (2005). Ingressou no Ministério Público em junho de 1982. Em abril de 1997 foi promovida para a Procuradoria de Justiça, pelo critério de merecimento. Em 28 de outubro de 2005 foi nomeada para o cargo de desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará pelo critério do quinto constitucional, em vaga destinada ao Ministério Público.

Exerceu, ainda, as seguintes atividades: Participação na Comissão de Revisão do Código do Ministério Público do Estado do Ceará (2000), Secretária Executiva das Procuradorias Cíveis (2003), Membro da Diretoria do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (2004 a 2005), Procuradora Geral de Justiça do Estado do Ceará (2004 a 2005), Integrante da 1ª Câmara Cível (2005 a 2007), Ouvidora do Tribunal de Justiça (2007 a 2009), Membro do Conselho Superior da Magistratura (2009 a 2011), Presidente da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (2007 a 2015). Em 30 de janeiro de 2015 foi empossada na presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará para o biênio 2015-2017. Exerceu os cargos de Vice-Presidente e Corregedora do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará no biênio 2011-2013. Foi Presidente interina do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará no período de 26.04.2013 a 13.06.2013, tomando posse como titular em 14.06.2013, permanecendo no cargo até 29 de janeiro de 2015. Eleita para a presidência do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, foi a primeira mulher a exercer esse cargo, no qual permaneceu de 11.04.2014 a 21.11.2014.

DES. ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES

30.01.2015 - 11/06/2015 (interino)
12.06.2015 - 04.06.2017 (titular)



Nasceu em 22 de junho de 1956 no município de Mombaça, Ceará, tendo por genitores José Moraes de Freitas e Zilma Benevides de Araújo Freitas. Bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará, em 1978, e pós-graduou-se pela Universidade Federal do Ceará, em curso realizado mediante convênio com a Escola Superior da Magistratura do Ceará e a Fundação Paulo Bonavides. Participou de Seminário no Rio de Janeiro, promovido pela Escola Nacional da Magistratura, a Escola Superior da Magistratura do Rio de Janeiro e o Instituto Miguel de Servet, de Paris, com carga horária de 65 horas/aulas. Inicialmente ingressou no Ministério Público Estadual, ocasião em que exerceu o cargo de Promotor de Justiça da Comarca de Pedra Branca, deixando-o para ingressar na Magistratura, em 27 de junho de 1984. Como Juiz de Direito, assumiu a princípio a comarca de Ubajara. Foi promovido por antiguidade para a Comarca de Jucás e, posteriormente, por merecimento, para a Comarca de Tauá. Em 1991, foi promovido por merecimento para a Comarca de Fortaleza, tendo assumido a 22ª Vara Cível.

Nomeado, em 1999, pelo Tribunal Pleno para instalar a 1ª Vara de Falências da Comarca de Fortaleza, aí permaneceu até o acesso ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em 25 de maio de 2006. Foi Vice-Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua; Juiz Coordenador de Varas do mesmo Fórum, em duas gestões; Juiz Corregedor Auxiliar do TJCE em dois períodos consecutivos; integrante da Sexta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e Vice-Presidente da Associação Cearense de Magistrados. Dentre as atividades mais recentes destacam-se sua atuação como membro efetivo do Órgão Especial do TJCE, membro da 3ª Câmara Cível e membro da Comissão de Regimento Interno e Assessoria Legislativa. No Tribunal Regional Eleitoral do Ceará foi membro suplente e depois efetivo, na categoria Juiz de Direito, totalizando sete anos de atividade. Nas eleições de 1998 foi Juiz Coordenador da Propaganda Eleitoral. Vice-presidente e Corregedor Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral no biênio 2013-2015. Assumiu interinamente a presidência do TRE-CE em 30 de janeiro de 2015 e, efetivamente, em 12 de junho do mesmo ano, permanecendo no cargo até 04 de junho de 2017.



DES. MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA

05.06.2017 - 29.01.2019

Nasceu no dia 5 de junho de 1957. Bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em 1982. Fez o curso de Especialização em Direito Processual Civil, pela mesma universidade, em 2003. Exerceu o cargo de escrevente no Cartório Miranda Bezerra (2ª Escrivania do Cível, Comércio e Provedoria). Ingressou na magistratura como Juíza substituta na Comarca de Marco em 1986, onde permaneceu até 1989. Foi Juíza Titular das Comarcas de Jucás (1989-1991) e Icó (1991-1992). Respondeu pelas Comarcas de Acaraú, Santana do Acaraú, Saboeiro e Orós. Promovida para Fortaleza, exerceu as atividades como Juíza Titular da 11ª Vara Criminal, em 1992, mas logo foi transferida para a 1ª Vara de Delitos de Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes, onde permaneceu até 1993. Assumiu, em seguida, a 20ª Vara de Família e Sucessões, transformada na 4ª Vara de Sucessões, onde exerceu suas funções de 1995 até 2009. Supervisionou o Centro de Treinamento Integrado - CTI. Respondeu, simultaneamente, por diversas varas da Comarca de Fortaleza. Exerceu atividades na 6ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza (2000 a 2004). Integrou, na qualidade de membro julgador suplente, de 10.4.2003 a 11.2.2009, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Estado do Ceará - Cejai. Desempenhou a função de Juíza Eleitoral nas Comarcas de Marco, Acaraú, Jucás, Saboeiro, Icó e Orós. Em Fortaleza, presidiu as juntas apuradoras vinculadas à 2ª Zona Eleitoral, nos pleitos de 1994 até 2002. Após ter exercido o cargo de juíza suplente na categoria de Juiz de Direito do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (28.4.2004 a 2.12.2004), assumiu em 3.12.2004 seu 1º biênio como Juiz Efetivo do TRE, concluído em 2.12.2006. Foi reconduzida para o 2º biênio em 8.1.2007, concluído em 7.1.2009. Em 30.4.2009 foi nomeada Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Foi nomeada, também, Juíza Coordenadora da Área de Direito Privado da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará. Em 2011, foi designada Supervisora do Grupo Gestor das Tabelas Processuais Unificadas e, de 2011 a 2017, Supervisora do Comitê Estratégico. Atuou, em 2011, como Coordenadora dos trabalhos relativos à Semana Nacional da Conciliação, âmbito do 2º Grau. Foi designada Supervisora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Coordenadora da Central de Conciliação do 2º Grau, de 2012 a 2015. Assumiu a Vice-presidência e Corregedoria Regional do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará no biênio 2015-2017. Exerceu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará no período de 05.06.2017 a 29.01.2019.



DES. HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO

30.01.2019 - 03.06.2019 (interino)
04.06.29019 - (titular)

Nasceu em 5 de novembro de 1949, em Farias Brito, Ceará. Bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em 1973 e em Administração pela Universidade Estadual do Ceará (Uece), em 1979. É Especialista em Direito Processual Penal pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Concluiu, ainda, o Course of Comparative Law for Judges - The School of Law of the University of Miami e o Curso Derecho Comparado español y brasileño para juristas, magistrados y abogados - Facultad de Derecho de la Universidad Complutense de Madrid. Foi Juiz Titular das Comarcas de Jardim, Brejo Santo, Juazeiro do Norte (1^a Vara) e Fortaleza (23^a Vara Cível; 8^a Vara Criminal; 4^a Vara do Júri e 2^a Vara de Execuções Criminais, Corregedoria de Presídios e Habeas Corpus), Juiz Titular da Vara de Execução de Penas Alternativas e Habeas Corpus da Comarca de Fortaleza e Membro da 4^a Turma Recursal, em 2001. Exerceu a função de Coordenador Geral da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará - Esmec (2008-2009). Vice-diretor do Fórum Clóvis Beviláqua e Coordenador das Varas da área criminal, de 1997 a 1998. Coordenador das Varas do Júri, Auditoria Militar, Execuções Criminais e Corregedoria de Presídios e Habeas Corpus, de 1999 a 2001. Integrante do Comitê de Qualidade Total do Tribunal de Justiça do Ceará.

Membro da Comissão de Implantação do Programa "Excelência no Judiciário". Membro da Comissão de Revisão de Manuais de Rotinas Forenses. Membro da Comissão de Reforma do Sistema Automatizado de Expedição de Certidões Criminais. Membro da Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto de Amparo às Famílias de Vítimas de Delitos com Resultado Morte. Coordenador da Coordenadoria de Cumprimento de Mandados Judiciais da Comarca de Fortaleza (COMAN). Diretor da Associação Cearense de Magistrados (ACM) por quatro anos. Membro Suplente da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (CEJAI). Primeiro Presidente da Comissão Nacional de Penas e Medidas Alternativas do Ministério da Justiça. Membro do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, na categoria de Juiz de Direito. Foi Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do TRE-CE no período de 05.06.2017 a 29.01.2019. Assumiu, interinamente, a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará no período de 30.01.2019 a 03.06.2019. Em 04.06.29019 assumiu a função de Presidente titular da mesma Instituição para o biênio 2019-2021.

FUTURA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ



SEDE ATUAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
CEARÁ - TRE/CE
Rua Jaime Benévolo, 21 - Centro -
Fortaleza/CE - CEP 60050-080
Tel: (85) 3453-3500

